
Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia", "Individual" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. e da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Combinação de negócios (Notas 5(n) e 13.2)

Em 19 de novembro de 2019, a Companhia em conjunto com um parceiro operacional ("Terceiro"), firmaram Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA") para adquirir a totalidade das ações da sociedade Liquegás Distribuidora S.A. ("Liquegás"). Em 23 de dezembro de 2020, após cumprimento das condições precedentes, foi celebrada a aquisição do negócio onde, nesta data, ficou estabelecida a participação societária da Companhia e do Terceiro na Liquegás de 83,33% e de 16,67%, respectivamente.

Concomitante com a execução do CCVA e, em cumprimento às determinações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), a Companhia e o Terceiro firmaram acordos de acionista e operacional com o propósito de cumprir as determinações do CADE, dentre as quais, a segregação de determinadas unidades operacionais ("Unidades Segregadas") da Companhia para transferência ao Terceiro e posterior permuta dessas unidades com a participação societária detida pelo Terceiro na Liquegás. Esses eventos estão previstos para ocorrer em 2021.

De forma a refletir a essência da operação, a Companhia reconheceu contabilmente, em 23 de dezembro de 2020, o controle integral da Liquegás a partir dos desdobramentos da (i) aquisição dos ativos líquidos da Liquegás, já descontado o acervo relativo às Unidades da Liquegás que foram adquiridas do Vendedor diretamente pelo Terceiro, (ii) do compromisso de entrega das Unidades Segregadas da própria Companhia ao Terceiro, em troca da participação societária detida por este na Liquegás, e (iii) da reorganização societária da Liquegás, para que o Terceiro receba as Unidades Liquegás adquiridas diretamente do Vendedor.

A determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para fins de alocação do preço de compra e a apuração do ágio nesta combinação de negócios envolveram o uso de especialistas externos e o exercício de julgamentos e uso de

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com a aquisição, análise dos atos societários e acordos de acionistas relevantes e os principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a efetiva participação societária adquirida na Liquegás.

Efetuamos também o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo a contratação de especialistas, uso de modelos de cálculo e premissas utilizadas na determinação da alocação do preço de compra.

Obtivemos as informações financeiras auditadas da adquirida e confrontamos os valores contábeis com aqueles considerados na alocação do preço de compra.

Efetuamos também revisão da avaliação da administração das possíveis diferenças de políticas contábeis entre a Companhia e a adquirida.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios e, com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.

Checamos, ainda, os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas, são

Porque é um PAA

estimativas relevantes por parte da administração. Tais julgamentos e estimativas utilizaram dados e premissas subjetivas, como previsões de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto, métodos de mensuração da marca e do relacionamento com clientes, mensuração do valor justo dos bens do ativo imobilizado adquirido, passivos contingentes ao valor justo, dentre outros.

Os valores envolvidos, assim como o uso de estimativas e julgamentos relevantes na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos, podem ter impacto significativo na alocação do preço de compra e apuração do ágio. Por isso, tratamos esse assunto como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Provisão para benefício de assistência médica pós-emprego (Notas 2, 5(y) e 19)

Em 2020, a administração da Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos programas de benefícios oferecidos aos seus empregados e ex-empregados e constatou a existência de benefícios de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego. Por conseguinte, registrou a obrigação relacionada aos benefícios de assistência médica em 31 de dezembro de 2020, rerepresentando as cifras comparativas de 2019.

O cálculo atuarial envolveu a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e definição de premissas com elevado grau de subjetividade, relacionadas com hipóteses econômicas, biométricas, entre outras.

Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de nossa auditoria pois alterações nas principais premissas utilizadas pela administração podem trazer impactos relevantes nas obrigações constituídas relacionadas a benefício de assistência médica pós-emprego.

Entre outros procedimentos, discutimos e testamos a totalidade das informações dos participantes nos bancos de dados e a razoabilidade das principais premissas fornecidas pela administração aos especialistas para a elaboração dos cálculos atuariais.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em cálculos atuariais, avaliamos a competência técnica dos avaliadores externos contratados, bem como analisamos a coerência geral, lógica e aritmética dos cálculos efetuados. Também efetuamos análise das taxas de desconto e principais premissas utilizadas pelos avaliadores externos, comparando-as com as premissas utilizadas pelo mercado, quando aplicável. Por fim, efetuamos recálculo do valor presente dos fluxos de caixa das obrigações de assistência médica pós-emprego.

Consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da avaliação atuarial e da provisão para planos de benefício de assistência médica pós-emprego são razoáveis e consistentes com as divulgações nas notas explicativas.



Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos



Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de maio de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0



Conteúdo

Relatório da Administração	2
Balancos patrimoniais	4
Demonstração de resultado	6
Demonstração de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório da Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2020 iniciamos um novo capítulo nas trajetórias da Copagaz e Liquigás, que, mais do que conter grande significado para ambas, representa um marco para o mercado. A aquisição da Liquigás, empresa que sempre admiramos pela força de sua marca, consistência de resultados e capacidade de gestão, se traduz em sonho e oportunidade – tema familiar à Copagaz, herdada de seu fundador, o empresário Ueze Elias Zahran.

Desde dezembro de 2020, contamos com uma nova acionista, a Itaúsa, que passou a deter uma importante parcela do capital votante da Copagaz, permanecendo o controle da empresa com a holding da família Zahran.

Para a Itaúsa, investir na Copagaz é um importante passo na diversificação de seus investimentos e representa maior exposição ao setor de energia, ao associar-se a um parceiro estratégico e tradicional no setor de distribuição de GLP.

Nossa intenção é somar as características de empresa familiar, que carrega consigo o espírito empreendedor e aguerrido, a consistência do trabalho desenvolvido pela Liquigás ao longo de seus 67 anos. Trabalhamos muito para que a soma destas culturas, redunde em uma efetiva ferramenta geracional de energia para ambas.

A nova empresa nasce do desejo de unir experiências e eficiências e o melhor de cada uma. Temos ciência das necessidades pontuais de mudanças e o quanto isto exige empenho de todos, ainda mais em um período tão difícil como o atravessado, em meio a uma pandemia que exigiu de 2020 adaptações à nova realidade.

Já demos os primeiros passos para essa transição com a aprovação de novo Estatuto Social e nova composição do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva.

Estamos trabalhando para a construção de um novo Plano de Negócios, com visão integrada, capaz de capturar sinergias, otimizar investimentos e reduzir custos, de modo a garantir melhor retorno aos acionistas.

Paralelamente às mudanças internas, obtivemos resultados econômico-financeiros dentro do esperado para o exercício, com receita líquida de R\$ 1.949,7 milhões e



Ebitda de R\$ 131,9 milhões, montante superior em 12,3% e inferior em 6,9%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.

Descrição	Controladora			Consolidado
	2019	2020	2020/2019	2020
Resultados (R\$ milhões)				
Receita líquida das vendas	1.735,7	1.949,7	12,3%	2.054,6
Lucro Bruto (LB)	275,1	324,0	17,7%	345,0
Lucro Líquido (LL)	47,3	39,0	-17,5%	39,0
Ebitda	141,7	131,9	-6,9%	133,9

Esse ritmo de realizações seguirá em 2021, quando manteremos a prestação de um serviço essencial aos consumidores com qualidade e respeito. Temos consciência de que, agora, como líderes de mercado e presentes em quase todo o território nacional, nossa responsabilidade é ainda maior.

Por isso, desejamos que todos os públicos com os quais nos relacionamos se aliem a nós em uma corrente de energia capaz de melhorar o mundo. Juntos, com vontade e entusiasmo, superaremos os obstáculos. De nossa parte, trabalharemos com afinco para fornecer o gás de que todos precisamos para crescer, vencer desafios, renovar a esperança e ser cada dia melhor.

Essa é a energia que nos move e o gás que nos une!

Antônio Carlos Moreira Turqueto

Presidente do Conselho de Administração e CEO da Copagaz

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado
		2020	2019 (reapresentado nota 2)	2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	59.706	26.219	110.932
Aplicações financeiras	7	-	40.568	-
Contas a receber de clientes	8	85.148	108.378	321.859
Estoques	9	24.555	21.220	89.355
Outros créditos	12	5.856	8.024	22.983
Impostos a recuperar	10	32.129	34.349	85.818
Dividendos a receber	13.1	27.690	-	-
Partes relacionadas	11	-	-	585
Total do ativo circulante		235.084	238.758	631.532
Ativos mantidos para negociação	36	114.008	-	124.013
Contas a receber de clientes	8	-	-	41.764
Partes relacionadas	11	-	3.886	-
Impostos a recuperar	10	22.567	25.935	93.358
Outros créditos	12	37	139	5.794
Depósitos judiciais	23.1	4.216	4.935	65.626
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	17.614	17.734	23.856
		44.434	52.629	230.398
Investimento	13	3.727.456	14	24.436
Imobilizado	14	236.845	320.855	1.971.182
Intangível	15	16.049	17.441	2.193.022
		3.980.350	338.310	4.188.640
Total do ativo não circulante		4.024.784	390.939	4.419.038
Total do Ativo		4.373.876	629.697	5.174.583

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
			2019 (reapresentado nota 2)	
Passivo	Nota	2020		2020
Fornecedores	17	22.410	25.456	175.422
Empréstimos e financiamentos	21	290.330	16.668	290.330
Debêntures	21.1	1.684	-	1.684
Arrendamentos	16	5.118	3.432	41.822
Obrigações tributárias e sociais	22	12.442	7.179	23.118
Salários e encargos sociais	18	32.809	34.928	93.591
Dividendos a pagar	24	1.855	11.920	1.855
Partes relacionadas	11	2.822	1.368	2.818
Benefícios a empregados	19	2.900	2.500	13.129
Outras contas a pagar	20	10.544	13.411	58.604
Passivo de contrato associado aos ativos mantidos para negociação	13.2	386.175	-	386.175
Passivo <i>debranding</i>	13.2	-	-	28.388
Total do passivo circulante		769.089	116.862	1.116.936
Passivos associados aos ativos mantidos para negociação	36	12.598	-	12.598
Empréstimos e financiamentos	21	30.285	16.847	30.285
Debêntures	21.1	1.925.364	18.942	1.925.364
Arrendamentos	16	63.339	52.064	166.718
Obrigações tributárias e sociais	22	519	1.946	519
Salários e encargos sociais	18	1.469	-	3.210
Partes relacionadas	11	-	27.731	755
Benefícios a empregados	19	67.884	70.381	159.995
Provisão para contingências	23	8.647	11.690	163.381
Outras contas a pagar	20	1.936	7.184	25.322
Passivo <i>debranding</i>	13.2	-	-	76.754
Total do passivo não circulante		2.099.443	206.785	2.552.303
Capital social	24	432.788	180.000	432.788
Reserva de capital		1.042.566	15.845	1.042.566
Reserva de lucros		21.799	127.100	21.799
Outros resultados abrangentes		(4.407)	(16.895)	(4.407)
Total do patrimônio líquido		1.492.746	306.050	1.492.746
Total do Passivo e Patrimônio líquido		4.373.876	629.697	5.174.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
	Nota	2020	2019 (reapresentado nota 2)	2020
Receita operacional líquida	25	1.949.729	1.735.699	2.054.569
Custo dos produtos vendidos	26	(1.625.759)	(1.460.558)	(1.709.591)
Lucro bruto		323.970	275.141	344.978
Despesas gerais e administrativas	27	(195.115)	(170.298)	(209.728)
Despesas com vendas	27	(79.475)	(68.749)	(84.863)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	7.360	8.791	4.689
Despesas operacionais líquidas		(267.230)	(230.256)	(289.902)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		56.740	44.885	55.076
Receitas financeiras		4.952	7.639	5.102
Despesas financeiras		(22.488)	(21.748)	(23.002)
Resultado financeiro líquido	29	(17.536)	(14.109)	(17.900)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(1.022)	-	39
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		38.182	30.776	37.215
Corrente		(16.851)	(14.713)	(16.697)
Diferido		1.926	1.907	2.648
Imposto de renda e contribuição social	30	(14.925)	(12.806)	(14.049)
Lucro líquido proveniente de operações em atividades		23.257	17.970	23.166
Lucro líquido proveniente de operações mantidas para negociação	36	15.759	29.340	15.850
Lucro líquido do exercício		39.016	47.310	39.016
Lucro por ação básico e diluído - em R\$	33	0,21	0,26	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
			2019	
	Nota	2020	(reapresentado nota 2)	2020
Lucro líquido do exercício		39.016	47.310	39.016
Outros resultados abrangentes:				
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas - Benefícios a empregados	19	6.915	(25.599)	19.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.351)	8.704	(6.479)
Resultado abrangente do exercício		43.580	30.415	51.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	180.000	-	-	13.382	138.589	-	-	331.971
Ajuste do resultado de exercícios anteriores – benefícios a empregados (Nota explicativa nº 2)						(29.265)		(29.265)
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)	180.000	-	-	13.382	138.589	(29.265)	-	302.706
Ajuste do resultado do exercício – benefícios a empregados						(1.942)		(1.942)
Lucro líquido do exercício						49.252		49.252
Distribuição de dividendos (Nota explicativa nº 24)					(15.374)	(11.697)		(27.071)
Constituição da reserva legal				2.463		(2.463)		
Retenção de lucros					35.092	(35.092)		
Perdas atuariais, líquido dos tributos (Nota explicativa nº 19)							(16.895)	(16.895)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	180.000	-	-	15.845	158.307	(31.207)	(16.895)	306.050
Aumento de capital com emissão de ações (Itaúsa) (Nota explicativa nº 24)	169.489							169.489
Aumento de capital com reserva de lucros (Nota explicativa nº 24)	83.299				(83.299)			
Recompra de ações		(1)						(1)
Baixas de recompra de ações		1			(1)			
Ágio na subscrição de ações (Itaúsa) (Nota explicativa nº 24)			1.042.566					1.042.566
Lucro líquido do exercício						39.016		39.016
Distribuição de dividendos (Nota explicativa nº 24)					(75.007)	(1.855)		(76.862)
Ganhos atuariais, líquidos dos tributos da empresa controlada							7.924	7.924
Ganhos atuariais, líquidos dos tributos (Nota explicativa nº 19)							4.564	4.564
Constituição de reservas de retenção de lucros					5.564	(5.564)		
Constituição da reversa legal				390		(390)		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	432.788	-	1.042.566	16.235	5.564	-	(4.407)	1.492.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	2019 reapresentado Nota 2	Consolidado
	2020		2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do período antes dos impostos proveniente de operações em atividades	38.182	30.776	37.439
Lucro (prejuízo) do período antes dos impostos proveniente de operações mantidas para negociação (Nota 36)	24.222	44.455	24.360
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo as desinvestidas	62.404	75.231	61.799
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	53.110	51.998	55.547
Resultado de equivalência patrimonial	1.022	-	(39)
Provisão (reversão) de contingências	(2.866)	4.811	(2.866)
Resultado na venda de imobilizado	24.619	14.497	24.556
Constituição (reversão) de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	2.726	(1.308)	2.815
Provisão de juros sobre debêntures	2.136	1.066	2.136
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	2.125	2.639	2.125
Juros sobre passivo de arrendamento	4.296	3.530	4.571
Juros sobre provisão de plano de assistência médica	5.045	3.693	5.045
Provisão de plano de assistência médica	2.628	1.748	2.841
Provisão para perda de ICMS a recuperar e a repassar	-	-	217
Provisão para ajuste do valor realizável de recipientes transportáveis	-	-	1.434
Provisão para indenizações (pensionamentos)	-	-	1
	157.245	157.905	160.182
Variações em:			
(Aumento)/redução de Contas a receber de clientes	(2.850)	6.806	(12.226)
(Aumento)/redução de Estoques	(8.753)	4.260	(12.909)
(Aumento)/redução de Outros créditos	1.363	(823)	19.664
(Aumento)/redução de Impostos a recuperar	1.250	(13.050)	(9.085)
	(8.990)	(2.807)	(14.556)
Variações em:			
Aumento (redução) de Fornecedores	(3.874)	(7.157)	19.366
Aumento de Obrigações tributárias e sociais	1.863	1.180	12.347
Aumento de Salários e encargos sociais	3.468	819	3.468
Redução das demais Contas a pagar	(7.731)	(1.717)	(23.043)
	(6.274)	(6.875)	12.138
Caixa gerado pelas atividades operacionais	141.981	148.223	157.764
Juros pagos	(1.712)	(2.304)	(1.712)
Impostos pagos sobre o lucro	(23.514)	(29.605)	(23.514)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	116.755	116.314	132.538
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Ativo imobilizado	(32.550)	(75.548)	(33.342)
Aquisição da controlada Liquigás, líquido do caixa obtido na aquisição (Nota explicativa nº 13)	(3.362.069)	-	(3.325.834)
Recebimento (liberação) de saldos de mútuo	3.886	1.139	3.886
Resgate de Aplicação financeira	40.568	(729)	40.568
Aquisição de Ativo intangível	(15.896)	(4.562)	(15.896)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(3.366.061)	(79.700)	(3.330.618)

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos e financiamentos	301.466	36.134	301.466
Pagamento de empréstimo e financiamentos	(14.778)	(14.321)	(14.778)
Aumento de capital	169.489	-	169.489
Créditos concedidos a com empresas ligadas	(26.277)	(8.766)	(26.277)
Pagamento de arrendamento	(8.716)	(6.706)	(8.716)
Emissão de debêntures, líquido dos custos de emissão	1.925.364	-	1.925.364
Pagamento de debêntures	(19.394)	-	(19.394)
Dividendos pagos	(86.927)	(30.210)	(86.927)
Ágio na subscrição de ações	1.042.566	-	1.042.566
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) pelas atividades de financiamentos	<u>3.282.793</u>	<u>(23.869)</u>	<u>3.282.793</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>33.487</u>	<u>12.745</u>	<u>84.713</u>
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	<u>26.219</u>	<u>13.474</u>	<u>26.219</u>
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	<u>59.706</u>	<u>26.219</u>	<u>110.932</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>33.487</u>	<u>12.745</u>	<u>84.713</u>
Itens que não impactam caixa (Nota explicativa nº 32)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Copagaz Distribuidora de Gás S.A ("Copagaz" ou "Companhia"), com sede na Rua Guararapes, 1855, 12º andar, Brooklin Paulista Novo, São Paulo, tem por objetivo social a exploração do comércio de gás liquefeito de petróleo - GLP, que abrange o engarrafamento e a distribuição, bem como a comercialização de derivados do petróleo, a prestação de serviços em geral correlatos, inclusive a requalificação de vasilhames, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres, o comércio de mercadorias e instalações relacionadas à sua atividade, a importação e a exportação em geral e a participação em outras sociedades de qualquer natureza no país ou no exterior como sócia, acionista ou cotista.

A Companhia opera com plantas de engarrafamento localizadas em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Bahia.

A Companhia e suas controladas (em conjunto denominadas "Consolidado" ou "Conglomerado"), têm como atividade preponderante a comercialização de GLP para indústrias e distribuidores de gás residencial e comercial.

1.1. Aquisição da Liquegás Distribuidora S.A. ("Liquegás")

Em 18 de novembro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por unanimidade de votos, aprovou a venda da Liquegás ao Grupo Ofertante formado pela Copagaz, Itaúsa S.A. ("Itaúsa") e Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. ("NGB") condicionada ao cumprimento dos termos estabelecidos no Acordo em Controle de Concentrações ("ACC") assinados pelas empresas.

A Sociedade Fogás Ltda. ("Fogás") participou do processo apresentado ao CADE como o propósito de solucionar eventuais problemas concorrenciais em alguns estados. Assim, no processo de alienação dos ativos da Liquegás, a Fogás passará a deter certos ativos tanto da Liquegás como da Copagaz.

Em 23 de dezembro de 2020, Data de Fechamento, foi concluída a aquisição da Liquegás pelo Grupo Ofertante formado pela Copagaz, Itaúsa e NGB. A partir desta data, serão necessárias uma série de ações, inclusive de reorganização societária, à execução do acordo firmado com o CADE em um prazo máximo de 180 dias.

Mais detalhes estão contidos na Nota explicativa de nº 13.2 - Combinação de negócios.

1.2. Nova acionista: Itaúsa S/A ("Itaúsa")

Também, em 23 de dezembro de 2020, a Itaúsa tornou-se uma acionista minoritária relevante da Copagaz, momento em que adquiriu 48,5% da participação acionária da Companhia. Esse novo investimento está alinhado à estratégia de alocação de capital da Itaúsa, permitindo à companhia maior exposição ao setor de energia brasileiro, além de associar-se a um parceiro estratégico e tradicional, experiência de mais de 60 anos de atuação, com valores compatíveis e excelência operacional comprovada.

Mais detalhes na Nota explicativa nº 24, Capital social.

1.3. Constituição de novas empresas

Como parte das providências a serem tomadas para a consumação total da aquisição e controle da Liquegás, a Copagaz constituiu duas empresas que receberão parte do seu acervo e da Liquegás, são elas:

- Gasônia Participações e Distribuidora de GLP Ltda. (Gasônia); e
- NGC Distribuidora de Gás Ltda. (NGC).

A Gasônia, que será negociada com a Fogás, receberá a contribuição dos acervos líquidos e fundos de comércio das unidades de São José dos Campos (SP) e de Goiânia de propriedade da Copagaz e de Cuiabá (MT) que pertence a Liquegás, conforme estabelecido no Acordo em Controle de Concentração (ACC) firmado com o CADE.

Já a NGC, que será negociada com a NGB, receberá a contribuição dos acervos líquidos e fundos de comércio das unidades de Mauá (SP), São José dos Campos (SP), Araucária (PR), Londrina (PR), Canoas (RS), Passo Fundo (RS), Goiânia (GO), Brasília (DF), Salvador (BA) Jequié (BA) e São Francisco do Conde (BA), nos termos do ACC firmado com o CADE.

Mais detalhes estão contidos nas Notas explicativas de nº 36 e 37.

1.4 Impactos da pandemia do COVID-19 (Coronavírus)

A Copagaz está monitorando constantemente a pandemia do COVID-19 e seus respectivos impactos sobre seus colaboradores, operações, fornecimento e demanda de seus produtos. Planos de contingência foram elaborados e seguem em permanente revisão para atuar rapidamente conforme o desenvolvimento da situação em cada local. Embora todas as medidas possíveis estejam sendo tomadas, o suprimento do produto revendido pelo Conglomerado é realizado por um único

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fornecedor (Petrobras), que até o momento informa que está adotando todas as ações para garantir a normalidade do abastecimento.

A Copagaz não sofreu atrasos em sua cadeia de suprimentos, operações de fabricação, logística de distribuição ou impactos relevantes na demanda por seus produtos. As unidades operacionais estão funcionando normalmente, sendo que parte dos colaboradores está em trabalho remoto e parte continua suas atividades presencialmente. No escritório de São Paulo, os funcionários estão em trabalho remotamente e, para todos aqueles que trabalham externamente, inclusive nas unidades operacionais, foram adotadas medidas adicionais de prevenção da saúde e segurança.

Não foram identificados impactos significativos sobre os negócios da Companhia relacionados à:

- Recuperabilidade dos ativos: não foram identificados fatores internos ou externos que pudessem indicar a deterioração ou perda de valor recuperável dos ativos da Companhia.

- Perdas de crédito com clientes: a Copagaz não teve impacto significativo sobre suas operações durante o período da pandemia gerada pela Covid-19. A queda do consumo de Indústrias e Comércio, principalmente pelo regime de "lockdown", implementado por algumas cidades e a paralisação das atividades consideradas não essenciais para o enfrentamento da crise gerada pela Covid-19, não afetou as vendas, ao final do exercício de 2020, a Companhia encerrou o ano com crescimento do volume de vendas de 2,9% em relação ao ano anterior.

- Perdas cambiais: a Companhia não registrou perdas cambiais em razão da valorização do Dólar frente ao Real.

- Perdas em estoques: a Copagaz opera com um giro de estoques dentro dos parâmetros normais para o setor que varia entre 2 a 5 dias e, portanto, não sofreu perdas por desvalorização de estoques.

- Liquidez da Companhia: a Copagaz apresentou a indicação da necessidade de capital de giro ao final de 2020 em razão da aquisição da Liqueigás e não em decorrência de efeitos da Covid-19. A Companhia possuía uma linha de crédito contratada de curtíssimo prazo que foi liquidada em janeiro/2021, detalhe na Nota explicativa nº 37, item Empréstimos e Financiamentos.

A Administração da Copagaz e todos os seus colaboradores continuam comprometidos em atingir suas metas de longo prazo. Com a aquisição da Liqueigás e uma estratégia de reestruturação organizacional definida, a Administração entende que não há evidência de fato que comprometa sua continuidade operacional, ao contrário, a captura de sinergias, otimização de recursos e redução de custos permitirá o fortalecimento e a manutenção de destaque nacional no setor de distribuição de GLP.

Contudo não podemos garantir, neste momento, até que ponto essa crise global e suas medidas de contenção poderão afetar a empresa e a demanda de seus produtos. A principal prioridade da Copagaz continua sendo a saúde e a segurança de seus colaboradores, clientes e parceiros.

1.5 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de (R\$ 485.404), (Controladora – (R\$ 534.005)), cujos principais impactos estão substancialmente relacionados com: (i) pagamento ao vendedor pela aquisição da Liqueigás em 23 de dezembro de 2020 com recursos do caixa e da emissão de debêntures e (ii) passivo de contrato relacionado com a entrega de bases da Copagaz que ocorrerá durante o exercício de 2021. A Administração da Companhia considera que esse desequilíbrio é temporário à medida em que as projeções efetuadas indicam que a geração de caixa para os próximos meses e exercícios serão suficientes para liquidar suas obrigações contratuais e financeiras com vencimento de curto prazo, razão pela qual elabora suas demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade operacional.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as políticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019

	31.12.2019	Ajustes	31.12.2019 (reapresentado)
Ativos			
Total ativo circulante	238.757		238.757
Realizável a longo prazo			
Deposito judicial	-	4.935	4.935
Impostos diferidos	-	17.734	17.734
	29.961	22.669	52.630
Total ativo não circulante	368.271	22.669	390.940
Total do Ativo	607.028	22.669	629.697
Passivos			
	-	2.500	2.500
Total passivo circulante	114.362	2.500	116.862
Provisão para contingências	6.755	4.935	11.690
Impostos diferidos	7.046	(7.046)	-
Benefícios a empregados	-	70.381	70.381
Total passivo não circulante	138.515	68.270	206.785
Reserva Legal	15.845		15.845
Reservas de Lucros	158.307		158.307
Lucros / (prejuízos) acumulados	-	(31.207)	(31.207)
Outros resultados abrangentes	-	(16.895)	(16.895)
Total do patrimônio líquido	354.152	(48.102)	306.050
Total do passivo e patrimônio líquido	607.028	22.669	629.697

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros / (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	180.000	13.382	138.589	-	-	331.971
Ajuste do resultado de exercícios anteriores - benefícios a empregados				(29.265)		
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)	180.000	13.382	138.589	(29.265)	-	302.706
Ajuste do resultado do exercício - benefícios a empregados				(1.942)		(1.942)
Lucro líquido do exercício				49.252		49.252
Distribuição de dividendos			(15.374)	(11.697)		(27.071)
Constituição da reserva legal		2.463		(2.463)		-
Retenção de lucros			35.092	(35.092)		-
Ganhos (Perdas) Atuariais					(16.895)	(16.895)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	180.000	15.845	158.307	(31.207)	(16.895)	306.050

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	31.12.2019	Ajustes	31.12.2019 (reapresentado)
Receita operacional líquida	2.574.444		2.574.444
Lucro bruto	381.146		381.146
Despesas gerais e administrativas	(209.848)	751	(209.097)
Despesas operacionais, líquidas	(294.165)	751	(293.414)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	86.981	751	87.732
Receitas financeiras	9.784		9.784
Despesas financeiras	(18.592)	(3.693)	(22.285)
Resultado financeiro líquido	(8.808)	(3.693)	(12.501)
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	78.173	(2.942)	75.231
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(29.828)		(29.828)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	907	1.000	1.907
Lucro líquido do exercício	49.252	(1.942)	47.310

Demonstração do Resultado Abrangente

	31.12.2019	Ajustes	31.12.2019 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	49.252	(1.942)	47.310
Outros resultados abrangentes:			
Ganhos / (Perdas) atuariais líquidas - Benefícios a empregados	-	(25.599)	(25.599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	8.704	8.704
Resultado abrangente do exercício	49.252	(18.837)	30.415

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31.12.2019	Ajustes	31.12.2019 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	78.173	(2.942)	75.231
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	51.998		51.998
Provisão (reversão) de contingências	4.811		4.811
Resultado na venda de imobilizado	14.497		14.497
Provisão de juros sobre debêntures	1.066		1.066
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	2.639		2.639
Constituição (reversão) de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(1.308)		(1.308)
Juros sobre passivo de arrendamento	3.530		3.530
Juros sobre provisão de plano de assistência médica		3.693	3.693
Provisão plano de assistência médica		1.748	1.748
	155.406	2.499	157.905

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Variações em:

(Aumento)/redução de Contas a receber de clientes	6.806		6.806
(Aumento)/redução de Estoques	4.260		4.260
(Aumento)/redução de Despesas antecipadas	158	(158)	-
Aumento de Impostos a recuperar	(13.050)		(13.050)
(Aumento)/redução de Outros créditos	(981)	158	(823)
	(2.807)		(2.807)

Variações em:

Redução de Fornecedores	(4.658)	(2.499)	(7.157)
Aumento de Obrigações tributárias e sociais	1.180		1.180
Aumento de Salários e encargos sociais	819		819
Redução de demais Contas a pagar	(1.717)		(1.717)
	(4.376)	(2.499)	(6.875)

Caixa gerado pelas atividades operacionais

148.223 **148.223**

Juros pagos	(2.304)		(2.304)
Impostos sobre o lucro pagos	(29.605)		(29.605)

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

116.314 **116.314**

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aquisição de Ativo imobilizado	(75.548)		(75.548)
Recebimento (liberação) de saldos de mútuo	1.139		1.139
Investimentos em Aplicação financeira	(729)		(729)
Aquisição de Ativo intangível	(4.562)		(4.562)

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

(79.700) **(79.700)**

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos e financiamentos	36.134		36.134
Captação (recebimento) de contrato de mútuo	(8.766)		(8.766)
Amortização de passivo de arrendamentos	(6.706)		(6.706)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(14.321)		(14.321)
Pagamento de dividendos	(30.210)		(30.210)

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

(23.869) **(23.869)**

Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa

12.745 **12.745**

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.474		13.474
--	--------	--	--------

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.219		26.219
---	---------------	--	---------------

Variação em caixa e equivalentes de caixa

12.745 **12.745**

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicada, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Copagaz é como segue:

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante).

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas do Conglomerado (inclui a controladora e suas controladas) são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Patrimônios líquidos negativos, são apresentados no balanço patrimonial na rubrica de passivos a descoberto.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A seguinte controlada direta está sendo incluída nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controlada direta	Participação (*)
Liquigás Distribuidora S/A.	92,9%

(*) Percentual apresentado para fins contábeis, para fins societários, o percentual é de 83,33%

(ii) Perda de controle

Quando a Controladora perde o controle sobre uma controlada, ela desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado.

Se a Controladora retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Controladora em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Controladora, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Controladora o controle compartilhado da entidade e dá a ela direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Controladora no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos crítico na aplicação das políticas contábeis

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas abaixo:

Nota explicativa nº 10 - A Companhia possui créditos de ICMS cuja expectativa média de realização é de cerca de 2 anos. A Administração entende não haver risco de recuperação destes créditos, razão pela qual não constituiu ajuste ao valor realizável do crédito nesta data. A controlada Liquigás avalia periodicamente os créditos de ICMS e, quando necessário, ajusta o saldo de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário, considerando a possibilidade de decadência ou prescrição do referido imposto. As quase totalidade das operações da Companhia e de sua controlada Liquigás são tributadas na modalidade de Substituição Tributada pelo produtor.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 8 - reconhecimento e mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Nota explicativa nº 9 - reconhecimento e mensuração da perda por obsolescência dos estoques e/ou ajuste ao valor realizável.

Nota explicativa nº 13.2 - reconhecimento e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos por ocasião da aquisição da sociedade controlada Liquigás, apurados por especialistas contratados.

Nota explicativa nº 14 e 15 - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e a amortização dos bens do ativo imobilizado e intangível.

Nota explicativa nº 19 - reconhecimento e mensuração do valor da obrigação relacionada com assistência médica pós-emprego, apurado por meio de cálculo atuarial elaborado por especialistas.

Nota explicativa nº 23 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Nota explicativa nº 30 - reconhecimento e mensuração de imposto de renda e contribuição social diferidos, principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis.

5 Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Mudanças de políticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

CPC 15 (R1) Combinação de Negócios: Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alterações no CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: Definição de material.

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Nesse sentido as divulgações foram revistas divulgações e supressão de aspectos não relevantes aos usuários para a tomada de decisão.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisa alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. A adoção da norma ocorre à medida que novos pronunciamentos forem emitidos, o que não ocorreu em 2020.

Alterações no CPC 06 (R2) Arrendamentos: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), estão em constante e contínuo processo de revisão, com o objetivo de aperfeiçoar as normas contábeis, auxiliando o leitor no processo de leitura, entendimento e análise comparativa com outras empresas do mercado.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor, nossa conclusão e análise de impacto preliminar é a seguinte:

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

b. Conversão de moeda estrangeira

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas operacionais, líquidas".

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Instrumentos financeiros

O Conglomerado classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria; e
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA;
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e
- Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Conglomerado ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Conglomerado reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e mensuração

A Conglomerado realizou a avaliação da determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, com base nos fatos e circunstâncias na data das transações. Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Conglomerado se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Redução do valor recuperável de Ativos financeiros

O Conglomerado avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o Conglomerado de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou Conglomerado de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou Conglomerado de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O Conglomerado reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Conglomerado reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses ou 24 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, após os estudos foi definido como política de perda incorrida a taxa de inadimplência histórica de cada um dos clientes do Conglomerado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Hierarquia de valor justo

O Conglomerado utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias e de prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário são classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota explicativa nº 5 (d) Instrumentos financeiros).

O prazo médio de recebimento de até 16 dias, não havendo, portanto, componente significativo de financiamento aos clientes.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. A provisão para perdas ou obsolescência é constituída quando necessário.

O recipiente transportável registrado classificado como estoque de revenda tem a sua receita e custos tratados como receitas operacional e seu custo tratado como custo dos produtos vendidos.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável para imposto de renda - acrescida do adicional de 10% sobre tal lucro excedente de R\$ 240 - e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

h. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante quando não houver expectativa de perda ou como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes são impostos a pagar ou a receber estimados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

j. Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

A Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável.

k. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se os critérios de pertencerem a mesma entidade forem atendidos.

l. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

m. Ativo e passivos não circulantes mantidos para negociação

São classificados como mantidos para venda a custo contábil histórico ou pelo valor justo menos o custo para alienar os ativos, dos dois o menor.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda ou contribuição imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ou distribuição ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda ou para distribuição aos sócios. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação ou contribuição, a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para negociação são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial. No caso de operações descontinuadas, os valores comparativos na demonstração do resultado e na demonstração consolidada dos fluxos de caixa estão representados. Os valores comparativos do balanço não estão representados (Nota explicativa nº 36).

n. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

O ágio apurado numa transação de combinação de negócios é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável ou quando o indicador de *impairment* é identificado.

Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação pertencente a Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na empresa negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos) e estes são amortizados, se aplicável.

Avaliação do acervo líquido adquirido e mensurado a valor justo

A Companhia contratou um avaliador independente dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição para a alocação do preço de compra, para determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, trabalho este que não foi finalizado até a divulgação dessas demonstrações financeiras e, portanto, foram registrados de forma preliminar. Assim, a contabilização da aquisição poderá ser revista na medida que o trabalho de avaliação identifique novas informações ou fatos que modifiquem a mensuração dos valores previamente reconhecidos em prazo não superior a 12 meses da data da aquisição (período de mensuração).

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos e passivos assumidos	Técnica de Avaliação
Marca	<p>Das três abordagens principais de avaliação (Renda, Mercado e Custo) e dos métodos que compõem essas abordagens, foi considerada a Abordagem de Renda, método Relief-from-Royalty como o mais adequado para avaliar a marca Liquigás (marca).</p> <p>O método Relief-from_Royalty envolve uma estimativa da quantia hipotética de receita com royalties que poderia ser gerada se este ativo fosse licenciado de forma independente por um terceiro. O princípio básico do método é que, sem a posse do referido ativo intangível, o usuário deste ativo deveria realizar uma sequência de pagamentos ao dono do ativo em decorrência do direito de uso do mesmo. Com a aquisição deste ativo o usuário eliminaria estes pagamentos.</p>
Relacionamento de Clientes	<p>Foi considerado o MPEEM de Abordagem de Renda como sendo o mais adequado para avaliar o Relacionamento com clientes.</p>
Imobilizado	<p>Os métodos e procedimentos adotados para desenvolver a Análise utilizaram preceitos e diretrizes estabelecidos na Norma Brasileira de Avaliações NBR 14.653 publicada pela ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para estimar o valor justo dos ativos foram considerados o Método de Renda, o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado e o Método da Quantificação do Custo. Com base na natureza dos ativos e das informações apresentadas, concluímos as abordagens mais adequadas para avaliar os bens móveis.</p> <p>Para a avaliação de bens móveis, a avaliação pelo método da renda foi considerada inadequada e não foi utilizada pois os fluxos de rendimentos individuais não podem ser alocados de forma razoável e eficaz para cada um dos ativos individuais.</p> <p>Ao considerar o método comparativo direto de dados de mercado, identificamos algumas categorias de ativos em que existe um mercado ativo. Dentro deste contexto, utilizamos esse método para avaliar veículos.</p> <p>O método do custo foi utilizado para avaliar o restante dos bens móveis. Usando esta metodologia, reconhecemos o valor associado à instalação, engenharia e custos de instalação complementares do equipamento.</p>
Contingências	<p>Na data-base a Liquigás possui passivos contingentes relacionados a processos judiciais. Conforme requerido pelo CPC 15, a Administração estimou as perdas esperadas para esses passivos, independentemente de sua probabilidade.</p> <p>Para realizar essa estimativa, a Administração realizou uma estimativa da perda esperada para cada ação para a qual a perda pode ser razoavelmente estimada.</p>
Debranding	<p>Calculado com base nas estimativas fornecidas pela Administração, tendo sido realizado um ajuste a valor presente para os custos relacionados às revendas uma vez que este custo possui prazo de realização de três anos.</p>

o. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os principais ativos da Companhia, vinculados às atividades de envase, acondicionamento e armazenamento de GLP, são representados por Equipamentos para envase, Recipientes transportáveis e Tanques estacionários, além das edificações.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os custos de manutenção dos botijões são tratados como despesas quando incorridos, pois não é possível a identificação do ativo para a correta alocação deste custo ao bem. Os custos de manutenção e requalificação de tanques e recipientes estacionários são alocados aos ativos, pois aumenta a vida útil do bem.

Quando os botijões, recipientes estacionários ou tanques não podem ser requalificados, estes são sucateados e baixados dos controles da Companhia.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), inclusive na venda de botijões, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão descritas na Nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

No segmento de distribuição de GLP é comum a realização de cessão de botijões e outros equipamentos necessários a armazenagem e consumo do GLP. São celebrados contratos de cessão de uso destes ativos e marcas com os revendedores que comercializam os produtos da Companhia. Como estes bens são retornáveis, a depreciação é feita com base na vida útil econômica.

p. Intangível

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*, quando existentes. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia. É composto por direitos que incluem, principalmente, marcas, patentes, softwares e ágio na aquisição de carteira de clientes que possuem vida útil definidas. Vide detalhes na Nota 5 (n).

q. Direito de uso dos ativos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

r. Passivo de arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental (Nota explicativa nº 16).

s. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs").

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Frente ao atual cenário econômico financeiro do país, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam gerar algum *impairment* em seus ativos não financeiros frente à Covid-19. Os impactos foram estruturados com base na melhor informação disponível até o momento. Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2020.

t. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia não possui risco sacado (*Reverse Factoring*), portanto, não efetua qualquer divulgação adicional a respeito.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

u. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

A Companhia emitiu debêntures não conversíveis reconhecidas inicialmente ao custo incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados ao custo amortizado. Os valores são apresentados líquidos do custo de captação. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.1.

v. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

w. Distribuição de dividendos

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

x. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pela média ponderada das ações. A Companhia não está apresentando o resultado por ação diluído, pois não possui nenhum instrumento potencialmente conversível em ações, com efeito, diluidor nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

y. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia e políticas internas da Companhia e aprovada pelo Comitê Administrativo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(iii) Benefícios concedidos a empregados e aposentados

Compromisso atuarial de plano de assistência médica (benefício pós-emprego)

De acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho, as empresas que atuam no setor de distribuição de GLP devem manter plano de assistência médica para os atuais funcionários ainda em atividade e para aqueles que vierem a se aposentar, extensivo aos seus atuais dependentes legais, nos termos da Lei nº 9.656/98.

O compromisso atuarial com o plano de benefício de assistência médica é provisionado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*), quando ocorrer.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

As remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido reconhecidas em outros resultados abrangentes compreendem os ganhos e perdas atuariais, e excluem os valores considerados nos juros líquidos sobre a obrigação líquida do benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

⁽¹⁾ Não há ativos garantidores para a liquidação da obrigação atuarial relativa ao benefício oferecido pela Companhia e suas Controladas.

Planos de contribuição definida

A controlada Liquigás possui o Plano de Previdência Liquigás (PPL) que foi implantado na modalidade de contribuição definida para os seus empregados. As contribuições são pagas para uma entidade de fundo de previdência, Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), não gerando nenhuma obrigação legal ou construtiva posterior. A Companhia contribui paritariamente para o plano de contribuição definida, por percentual baseado na remuneração do empregado, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida.

z. Mensuração do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis do Conglomerado exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

aa. Receita de contratos de clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

- (i) Identificação de um contrato com o cliente;
- (ii) Determinação das obrigações de desempenho;
- (iii) Determinação do preço da transação;
- (iv) Alocação do preço da transação; e
- (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

(i) Vendas de produtos

As receitas com a venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) são obtidas através da comercialização do gás adquirido de terceiros. O Conglomerado opera em dois segmentos distintos, clientes empresariais e revendedores. Para os clientes empresariais, a Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de GLP ao cliente, que é medido por meio de equipamento de leitura, gerando um ticket de medição para aprovação do cliente. No caso de revendedores, o gás

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

é comercializado envasado em recipientes com capacidade que variam entre 5 e 90 quilos, a receita é reconhecida com base no faturamento destes produtos.

Ainda assim, outras transações do Conglomerado sujeitas a avaliação segundo o CPC 47 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializados - com descontos, os quais são substancialmente negociações promovidas pelos clientes

A receita de vendas reconhecidas nas demonstrações financeiras contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações consideram valores de venda e de recebimento de clientes, complementados por recebimentos de consumidores. As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

(ii) Venda de serviços

As receitas com vendas de serviços são provenientes de atividades correlatas à comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) e contemplam a requalificação de recipientes, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres e instalações de infraestrutura nos clientes para uso do GLP.

(iii) Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

(iv) Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias

A contraprestação variável está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados com clientes, levam em consideração a estratégia comercial direcionada ao perfil do cliente (varejista e atacadista).

As bonificações estão atreladas ao volume de vendas, tendo como parâmetro variações das compras anuais dos clientes ou previsão contratual de volumes.

bb. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem essencialmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros devidos por clientes provenientes de pagamento em atraso. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são essencialmente oriundas de empréstimos e financiamentos, arrendamento, benefícios a empregados e pelos juros incorridos pela remuneração de debêntures.

cc. Custos dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos são compostos por matéria-prima, insumos, impostos, fretes e gastos gerais de fabricação.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Descrição	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Caixa e bancos	11.138	3.219	62.364
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	48.568	23.000	48.568
Total	59.706	26.219	110.932

(i) As aplicações financeiras são representadas por valores investidos em CDB com liquidez diária. A rentabilidade média destes investimentos em 2020 equivale a 100% do CDI (107,31% em 2019).

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Aplicações financeiras

Descrição	2020	2019
Fundo de investimento exclusivo (i)	-	40.568
Total	-	40.568

(i) O saldo de 2019 refere-se a valores alocados em fundo exclusivo aberto e segue um perfil conservador, sendo composto por papéis como Títulos Públicos, Letras Financeiras, Debêntures, dentre outros, porém, com veto à renda variável, como ações, por exemplo. Por ser um fundo aberto não há restrição de novas aplicações e/ou resgates e pode-se aplicar e/ou resgatar os recursos a qualquer momento.

8 Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Contas a receber	90.360	112.147	385.869
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(5.212)	(3.769)	(22.246)
Total	85.148	108.378	363.623
Ativo circulante	85.148	108.378	321.859
Ativo não circulante	-	-	41.764

Em 2019, a Administração, com base na análise individual de cada cliente, incluiu na provisão para créditos de liquidação duvidosa 80% do valor dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do valor dos títulos vencidos que foram encaminhados ao departamento Jurídico.

A provisão com Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do Conglomerado econômico ao qual pertencem e as respectivas garantias reais recebidas. O Conglomerado tem como procedimento rever tais provisões mensalmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de análise individual de sua carteira de clientes.

A movimentação da provisão para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

Posição de títulos	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
A vencer	79.501	99.247	314.018
Vencidos:			
Vencidos até 30 dias	3.503	7.740	11.306
Vencidos há mais de 30 dias	1.166	1.301	2.339
Vencidos há mais de 60 dias	626	839	1.045
Vencidos há mais de 90 dias	676	1.739	2.607
Vencidos há mais de 180 dias	2.125	552	6.647
Vencidos há mais de 360 dias	2.763	729	47.907
	90.360	112.147	385.869
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(5.212)	(3.769)	(22.246)
Total	85.148	108.378	363.623

* O Conglomerado não realiza provisão para PECLD de títulos vencidos que possuem garantias.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo Inicial - 2019	(5.077)	(5.077)
Adições	(6.834)	(6.834)
Reversões	212	212
Baixas	7.930	7.930
Saldo Final - 2019	(3.769)	(3.769)
Saldo Inicial - 2020	(3.769)	(3.769)
Aquisição Liquigás		(16.460)
Adições	(3.070)	(9.105)
Reversões	344	2.829
Baixas	-	2.641
Transferência de ativos mantidos para negociação	1.283	1.618
Saldo Final - 2020	(5.212)	(22.246)

9 Estoques

Os estoques incluem produtos derivados de petróleo (em nosso poder e em poder de terceiros), principalmente GLP, Butano e Propano e recipientes transportáveis P-13, P-20 e P-45 adquiridos para revenda. Os estoques de materiais de consumo são compostos basicamente de materiais operacionais e materiais utilizados para engarrafamento de recipientes transportáveis.

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2020	2019	2020
Matéria-prima	22.424	17.605	73.437
Recipientes transportáveis para revenda	-	-	6.781
Material secundário	1.146	1.819	1.146
Produto acabado	343	861	343
Material de consumo	642	935	9.719
Outros	-	-	68
	24.555	21.220	91.494
Provisão para ajuste valor realizável de recipientes transportáveis	-	-	(2.139)
	24.555	21.220	89.355

Movimentação da provisão para ajuste do valor realizável de recipientes transportáveis

	<u>Consolidado</u>
	2020
Saldo inicial	(13.555)
Adições	(8.246)
Reversões	1.535
Baixas por vendas (CMV)	18.127
Saldo final	(2.139)

Para o estoque de recipientes transportáveis para revenda foi constituída provisão para ajuste ao seu valor realizável líquido que considera o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos e gastos estimados para a conclusão de sua venda.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Impostos sobre o Lucro			
IRPJ a recuperar	2.589	2.397	2.658
CSLL a recuperar	345	329	346
Total impostos sobre o Lucro	2.934	2.726	3.004
Demais impostos:			
ICMS a recuperar	45.238	45.182	123.203
Crédito PIS não cumulativo	1.104	2.000	3.956
Crédito COFINS não cumulativo	5.291	10.099	14.082
PIS a recuperar	129	159	33.270
INSS a recuperar	-	114	-
IOF a recuperar	-	4	-
Outros	-	-	1.661
Total de demais impostos	51.762	57.558	176.172
Total Impostos a recuperar	54.696	60.284	179.176
Circulante	32.129	34.349	85.818
Não circulante	22.567	25.935	93.358

A segregação dos tributos a recuperar entre circulante e não circulante é como segue:

	Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2020	2019	2020
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
ICMS a recuperar (a)	22.800	19.405	64.669	22.438	25.776	58.535
IRPJ a recuperar	2.589	2.397	2.658	-	-	-
CSLL a recuperar	345	329	346	-	-	-
PIS a recuperar	-	-	-	129	159	33.270
PIS não-cumulativo	1.104	2.000	3.956	-	-	-
COFINS não-cumulativo	5.291	10.099	14.082	-	-	-
Outros impostos	-	119	107	-	-	1.553
Total	32.129	34.349	85.818	22.567	25.935	93.358

- a) Os créditos de ICMS acumulados durante o exercício de 2020 e de 2019 são decorrentes da sistemática do regime de substituição tributária e que têm parte do seu valor compensado com débitos de ICMS gerados por vendas de mercadorias que não estão enquadradas no regime supracitado.

Segregação dos créditos de ICMS de acordo com a sua natureza:

	Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2020	2019	2020
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
Saldo credor (i)	43	-	12.837	22.438	25.776	22.438
Crédito acumulado (ii)	3.819	4.046	4.292	-	-	-
Ressarcimento ST (iii)	18.938	15.359	47.540	-	-	36.097
Total	22.800	19.405	64.669	22.438	25.776	58.535

- (i) Em decorrência da sistemática de substituição tributária do principal produto comercializado (GLP), o Conglomerado no decurso normal de suas atividades, acumula créditos de ICMS provenientes de aquisição de insumos necessários ao seu processo produtivo. Foram protocolados junto a SEFAZ pedidos de conversão deste saldo credor em crédito acumulado.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após o deferimento do pedido, a Administração pretende transacionar o crédito com fornecedores ou com empresas interdependentes.

- (ii) Refere-se a crédito acumulado de processos já deferidos pela SEFAZ.
- (iii) Trata-se de valores de ressarcimento do ICMS em relação às operações interestaduais com o GLP. Este ressarcimento é derivado da diferença da pauta e da alíquota entre o estado em que o GLP é adquirido e o estado para onde ele é transferido. Sua recuperação ocorre mediante pedido de ressarcimento ao estado. O crédito efetivo do valor ocorre normalmente no período máximo de 12 meses da data do pedido.

Os créditos não possuem data de prescrição e a expectativa de realização de curto prazo foi constituída com base na projeção do fluxo de caixa para o exercício de 2020.

11 Partes relacionadas

Ativo	Controladora	Consolidado
	2019	2020
Pessoas jurídicas		
MS Adm. e Participações S.A.(*)	512	-
NHL Requalificação de Vasilhame Ltda.	-	1
Duratex S.A.	-	496
Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda.	-	60
Outras pessoas jurídicas	30	28
	<u>542</u>	<u>585</u>
Pessoas físicas (*)		
Saldos individuais possuem variações entre 4,40% à 20,04% do saldo.	3.344	-
	<u>3.344</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.886</u>	<u>585</u>

(*) As operações com pessoas jurídicas e físicas referem-se a contratos de mútuo, sem incidência de juros e com vencimento indeterminado.

Passivo	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Debêntures			
Itaúsa S.A.	20.027	-	20.027
Itaú Unibanco S.A.	975.829	-	975.829
	<u>995.856</u>	<u>-</u>	<u>995.856</u>
Pessoas jurídicas			
Zahran Administrações e Participações Ltda.	-	337	-
Liquigás Distribuidora S/A	4	-	-
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	-	-	617
Metalúrgica Plus S.A.	-	-	138
NHL Requalificação de Vasilhame Ltda.	295	666	295
Transcopa Transporte e Comércio Ltda.	121	702	121
Transtodogás Locação e transporte Ltda.	2.402	-	2.402
	<u>2.822</u>	<u>1.705</u>	<u>3.573</u>
Pessoas físicas			
Saldos individuais possuem variações de 34,71% e 65,29% do saldo (a).	-	27.394	-
	<u>-</u>	<u>27.394</u>	<u>-</u>
Total	<u>998.678</u>	<u>29.099</u>	<u>999.429</u>

a) Referem-se a contratos de empréstimos, com incidência de juros de 133% do CDI, liquidado em outubro de 2020

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui seis diretores, dos quais três são estatutários. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços prestados está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Salários e outros benefícios de curto prazo	2.699	3.572	9.986

12 Outros créditos

Descrição	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Adiantamentos a terceiros	1.396	957	1.397
Devedores diversos	2.575	2.423	8.073
Despesas antecipadas	1.278	2.961	14.154
Adiantamentos a funcionários	644	1.822	5.153
Total	5.893	8.163	28.777
Circulante	5.856	8.024	22.983
Não circulante	37	139	5.794

13 Investimentos

	Percentual Participação	Controladora					Consolidado	
		2019 Saldo	Aquisições	Equivalência Patrimonial		Distribuição Dividendos	2020 Saldo	2020 Saldo
				DRE	DMPL (ORA)			
Utingás Armazenadora S/A (*)	33%	14					14	22.957
Liquigás Distribuidora S.A.	92,9% (1)		3.362.055	(1.022)	7.924	(27.690)	3.341.267	39
Participações da Liquigás a permutar com ativos mantidos para negociação (**)	(1)		386.175				386.175	-
Plenogás Distribuidora S/A(***)	33%							495
Metalúrgica Plus S/A(***)	33%							58
Incentivos fiscais (****)								887
		14	3.748.230	(1.022)	7.924	(27.690)	3.727.456	24.436

(*) Inclui mais valia apurada pelo método de Abordagem da Renda, pelo Múltiplos de Empresas Comparáveis e *Dividend Discount Model* ("DDM"), considerando uma ponderação de 50% para cada uma, de R\$ 9.025 para o investimento na Utingás.

(**) Acordo firmado com a Companhia e NGB em 23 de dezembro de 2020, que estabelece a troca de participação societária detida pela NGB na Liquigás com a participação societária detida pela Companhia na NGC. A NGC é composta por ativos selecionados da Copagaz classificados como Ativos mantidos para negociação (Nota explicativa nº 36). Vide comentários em "Passivo de contrato associado aos ativos mantidos para negociação", abaixo.

(**) Coligadas da Liquigás.

(****) Incentivos fiscais líquidos de provisão para perda.

(1) Percentual apresentado para fins contábeis, para fins societários, o percentual é de 83,33%. Controle transferido em 23 de dezembro de 2020. Permuta de participação societária ocorrerá no segundo trimestre de 2021. Vide comentários em "Passivo de contrato associado aos ativos mantidos para negociação", abaixo.

13.1 Dividendos a receber

A Liquigás registrou dividendos a pagar no montante de R\$ 33.228, dos quais R\$ 27.690 à Copagaz, como proposta prevista em seu Estatuto Social, contudo a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção dos dividendos para manutenção dos termos estabelecidos no acordo de parceria.

A NGB e Copagaz firmaram acordo de parceria e nele decidiram que a NGC não poderá fazer distribuição de dividendos até que as unidades segregadas Copagaz sejam cindidas e transferidas à NGB.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Combinação de negócios

Liquigás Distribuidora S.A.

- Em 09 de abril de 2019, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Petrobras") publicou o *Teaser* referente ao desinvestimento na sua então controlada Liquigás Distribuidora S.A. ("Liquigás"), mediante processo competitivo. A Copagaz, juntamente com a Itaúsa S.A. ("Itaúsa"), e a Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. ("NGB") formaram um grupo ofertante ("Grupo Ofertante") para participar do referido processo competitivo para a aquisição da Liquigás. Adicionalmente, Itaúsa e MS Administração Participação S.A. ("MS") (acionista controladora da Copagaz) firmaram Acordo de Investimento estabelecendo investimento acionário a ser realizado pela Itaúsa na Copagaz.
- Em 19 de novembro de 2019, após o Grupo Ofertante se sagrar vencedor do processo competitivo, Copagaz e NGB celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA") da Liquigás com Petrobras, pelo qual ficaram estabelecidos os termos da aquisição da Liquigás pela Copagaz e NGB.
- Em 19 de novembro de 2020, a operação de aquisição da Liquigás foi aprovada pelo CADE, com a subsequente celebração pelo CADE e demais partes envolvidas na operação de Acordo de Controle de Concentração ("ACC"), prevendo que as partes deveriam implementar reorganização societária a fim de transferir à NGB determinadas unidades operacionais detidas pela Liquigás ("Unidades Segregadas Liquigás") e determinadas unidades operacionais detidas pela Copagaz ("Unidades Segregadas Copagaz"), com o consequente encerramento da participação societária da NGB na Liquigás ("Reorganização Societária").
- Em 23 de dezembro de 2020 ("Data de Fechamento"), foi implementado o investimento acionário pela Itaúsa na Copagaz no montante de R\$ 1.212.055, mediante a emissão de novas ações da Copagaz representando aproximadamente 48,5% do Capital social da Copagaz.
- Também na mesma Data de Fechamento, ocorreu a venda pela Petrobras de 100% das ações de emissão da Liquigás, sendo que a Copagaz adquiriu 6.787.494 ações de emissão da Liquigás, representativas de 83,33% do Capital social da Liquigás, mediante o pagamento do montante de R\$ 3.362.055 à Petrobras, e a NGB adquiriu ações de emissão da Liquigás, representativas de 16,67% do Capital social da Liquigás, mediante o pagamento do montante de R\$ 672.473 à Petrobras.
- Ainda na Data de Fechamento, a NGB assumiu a gestão das Unidades Segregadas Liquigás, sendo que a formalização da transferência da propriedade de tais unidades para a NGB no âmbito da Reorganização Societária deve ocorrer no prazo de 6 meses contados da Data de Fechamento, conforme previsto no ACC. Após a reorganização societária haverá o cancelamento da participação acionária da Liquigás pertencente a NGB na proporção relativa às Unidades Segregadas Liquigás.
- Em 01 de janeiro de 2021, no âmbito da Reorganização Societária, a Copagaz transferiu as Unidades Segregadas Copagaz (exceto pelas unidades de Bauru e Presidente Prudente que ainda serão transferidas) para a sua controlada à época, NGC Distribuidora de Gás Ltda., sendo que em janeiro de 2021 foi transferida a gestão da NGC para a NGB.
- A Copagaz realizará uma permuta da NGC com parte da participação societária da Liquigás (equivalente a aproximadamente 9,57%) que pertence à NGB no prazo de até 180 dias a partir da Data do Fechamento.
- Após a realização da permuta e finalizada a reorganização societária, com a transferência das Unidades Segregadas Liquigás à NGB, a Copagaz será proprietária de 100% da participação acionária da Liquigás.
- Também conforme estipulado no ACC, em um prazo de até 6 meses a contar da Data de Fechamento, a Copagaz deverá realizar a transferência de determinados ativos operacionais da Copagaz e Liquigás à Sociedade Fogás Ltda. ("Fogás"), além de transferir para um terceiro a carteira de varejo da Copagaz no estado da Paraíba.
- A Gasônia receberá determinadas unidades da Liquigás e Copagaz que serão alienadas a Fogás pela Copagaz, sendo que para transferir a unidade da Liquigás que se situa em Cuiabá (MT) será realizada uma cisão do acervo líquido dos ativos desta filial a valor contábil, o mesmo ocorrerá com a unidade de São José dos Campos da Copagaz que será cindida para posteriormente serem aportadas como aumento de Capital social da Gasônia.
- Para fins contábeis, não estão sendo considerados como ativos sob controle da Liquigás o acervo líquido das 3 unidades da Liquigás que serão contribuídas à NGB, a saber: Centro Operativo de Betim (MG), Centro Operativo de Macaé (RJ) e o Depósito de Campo Grande (MS), com cessão de ativos e fundo de comércio determinados no Acordo em Controle de Concentração (ACC).

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Preço de aquisição:	
Valor pago em caixa	3.362.055
Valor a ser transferido em ativos ao valor justo (*)	386.175
Total da contraprestação	3.748.230

(*) Vide comentários em "Passivo de contrato associado aos ativos mantidos para negociação", abaixo.

Alocação do valor justo

Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo preliminar para alocação da contraprestação paga em troca do controle da Liquegás e os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas.

Segue posição preliminar dos saldos reconhecidos na combinação de negócio:

	Valor contábil	Ajustes a valor justo	Valor justo preliminar
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	36.234		36.234
Contas a receber clientes, líquidas	236.164		236.164
Estoques	61.603	475	62.078
Impostos e contribuições	44.004		44.004
Despesas antecipadas	9.609		9.609
Outros ativos	25.833		25.833
Contas a receber clientes, líquidas	33.550		33.550
Cauções e depósitos judiciais	61.439		61.439
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.351		6.351
Impostos diferidos - Prejuízo fiscal	2.135		2.135
Impostos e contribuições	71.311		71.311
Despesas antecipadas	3.124		3.124
Outros ativos	2.590		2.590
Investimentos	15.178	9.205	24.383
Imobilizado	970.814	763.103	1.733.917
Intangível Marca Pré existente	74.591		74.591
Intangível Software	3.558	5.986	9.544
Marca		213.115	213.115
Relacionamento com Clientes		363.149	363.149
Ágio por rentabilidade futura		1.515.505	1.515.505
Ativo Total	1.658.088	2.870.538	4.528.626
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar	135.230		135.230
Salários, férias e encargos	74.182		74.182
Arrendamentos	35.808		35.808
Impostos e contribuições	1.588		1.588
Adiantamentos de clientes	12.345		12.345
Provisão para plano de assistência médica	7.810		7.810
Outras contas e despesas a pagar	16.958		16.958
Arrendamentos PNC	103.561		103.561
Mútuos a pagar para partes relacionadas	755		755
Provisão para plano de assistência médica	106.634		106.634
Provisão para processos judiciais	49.337	105.397	154.734
Outras contas e despesas a pagar	25.156		25.156
Passivo de <i>debranding</i>	-	105.142	105.142
Passivo Total	569.364	210.539	779.903
Patrimônio Líquido	1.088.724	2.659.999	3.748.723
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.658.088	2.870.538	4.528.626

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste nas sinergias esperadas com a integração, além do ativo contributório relativo à força de trabalho. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

A metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis e da mais valia do imobilizado estão descritos na Nota explicativa nº 5(n).

Os critérios observados para o reconhecimento dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios foram conforme segue:

Ativo	R\$ mil	Método	Prazo esperado de amortização
Marcas	213.115	<i>Relief-from_Royalty</i>	34 anos
Relacionamento com Clientes	363.149	MPEEM de abordagem de renda	36 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Passivo debranding

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar cessação da utilização e substituição integral das marcas de titularidade da Petrobras, no prazo que devem contados da Data do Fechamento: (a) 180 (cento e oitenta) dias corridos para efetivação de *Debranding* corporativo, em meios físicos e digitais (tais como sinalização administrativa — recepções, prédios, salas de reunião; crachás; material de papelaria, tais como, envelopes, papéis timbrados, folhetos, cartões de visita, banners, assinatura de correios eletrônicos; sítio eletrônico; notas fiscais e demais utilizações corporativas); (b) 270 (duzentos e setenta) dias corridos para efetivação de *Debranding* utilizadas em instalações industriais (bases, terminais, etc.); e (c) 24 (vinte e quatro) meses para efetivação, no curso das atividades regulares da Companhia, de *Debranding* em todas as atividades empresariais da Companhia e 36 (trinta e seis) meses para efetivação de *Debranding* no segmento de vendas de produtos em geral e vendas para os grandes clientes. O custo estimado total para a realização desta atividade é de R\$ 105.142.

Passivo de contrato associado aos ativos mantidos para negociação

Refere-se a parte do valor pago pela NGB à Petrobras, no valor de R\$ 386.175, que equivale ao valor justo de determinados ativos pertencentes a Companhia. Conforme estabelecem instrumentos firmados entre as partes, por meio de uma reorganização societária, a Companhia transfere determinados ativos para sua controlada NGC (Nota explicativa nº 37 – Eventos subsequentes) e, posteriormente, entrega esta participação societária para a NGB. Por sua vez, a NGB entrega à Copagaz, sua participação societária na Liquigás.

A administração efetuou uma análise contábil de controle de parte a parte, e concluiu que determinados ativos da Companhia transferidos para a NGC, possuem valor justo equivalente ao valor pago pela NGB à Petrobras para aquisição das ações remanescentes da Liquigás na data da aquisição (23 de dezembro de 2020). Como a troca de participações societárias entre Copagaz (NGC) e NGB (Liquigás) constitui o conjunto de transações firmados entre Petrobras e consórcio Copagaz / NGB e entre Copagaz e NGB, a administração da Companhia concluiu que o valor desta transação compõe o preço de aquisição da Liquigás.

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

A Companhia espera obter sinergias no processo de distribuição de GLP, reestruturação organizacional e, com a otimização de investimentos, capturar novas oportunidades de negócios e se firmar como uma das maiores distribuidoras da América Latina.

Cláusulas de reembolso de contingências

O Contrato de Compra e Venda de Ações e outras avenças prevê a indenização de valores relativos às contingências por perdas efetivas diretas incorridas caso supere o valor das contingências registradas nas demonstrações financeiras de referência ou em determinadas circunstâncias como, por exemplo, incorreções ou omissões de declaração.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Controladora				Consolidado			
		2020		2019		2020		Mais valia de ativos adquiridos (Nota 13.2)	Líquido
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação		
Terrenos		18.059	-	18.059	22.954	37.069	-	395.469	432.538
Imóveis	2,5 % a 4%	71.034	(24.099)	46.935	63.899	193.386	(70.170)	69.938	193.153
Máquinas, motores e tanques	3,33% a 7%	116.270	(65.940)	50.330	65.856	568.008	(400.214)	155.936	323.730
Vasilhames	5,55 a 20%	58.551	(26.731)	31.820	77.448	492.656	(163.589)	110.002	439.069
Ferramentas, moldes e modelos	10%	279	(190)	89	135	279	(190)	-	89
Móveis, utensílios e instalações	8,33% a 10%	6.826	(4.677)	2.149	2.795	28.637	(18.693)	1.716	11.660
Veículos	16,66% a 20%	45.845	(35.874)	9.970	17.366	47.056	(37.082)	380	10.354
Computadores e periféricos	20%	13.559	(10.871)	2.688	4.215	52.519	(37.523)	6.192	21.188
Instalações industriais	5,26% a 7%	15.656	(7.292)	8.364	10.081	302.227	(149.435)	23.470	176.262
Benfeitorias em bens de terceiros	2,5 % a 10%	6.449	(5.017)	1.432	1.870	64.896	(20.374)		44.522
Direito de uso		75.719	(10.803)	64.916	54.047	266.899	(70.029)		196.870
Imobilizado em andamento		93	-	93	189	121.117	-		121.117
Adiantamento a fornecedores						630	-		630
Outros (Reflorestamento)	10%					255	(255)		-
Total		428.340	(191.494)	236.845	320.855	2.175.634	(967.554)	763.103	1.971.182

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do imobilizado em 2020

Descrição	Controladora							Consolidado			
	2019	Adições	Depreciação	Transf.	Transf. para investimento	Baixas	Reclassif. Ativos para negociação	2020	Aquisição Liquigás	Mais valia de ativos adquiridos (Nota 13.2)	2020
Terrenos	22.954						(4.836)	18.118	19.010	395.469	432.538
Imóveis	63.899	3.056	(3.419)	67			(16.729)	46.874	76.281	69.938	193.153
Máquinas, motores e tanques	65.856	2.658	(6.048)		(1.537)	(1.102)	(9.496)	50.331	117.464	155.936	323.730
Vasilhames	77.448	23.793	(21.573)			(21.680)	(26.168)	31.820	297.247	110.002	439.069
Ferramentas, moldes e modelos	135	23	(20)				(49)	89	-	-	89
Móveis, utensílios e instalações	2.795	305	(454)	(97)			(400)	2.149	7.795	1.716	11.660
Veículos	17.366	2.509	(5.412)		(1.451)	(1.391)	(1.651)	9.970	3	380	10.354
Computadores e periféricos	4.215	535	(1.642)	132		(36)	(516)	2.688	12.308	6.192	21.188
Instalações industriais	10.081	1.718	(1.149)			(409)	(1.877)	8.364	144.428	23.470	176.262
Benfeitorias em bens de terceiros	1.870	-	(323)				(114)	1.433	43.090		44.522
Direito de uso	54.047	21.136	(6.934)				(3.333)	64.916	131.954		196.870
Imobilizado em andamento	189	6		(102)				93	121.024		121.117
Adiantamento a fornecedores									630		630
Total	320.855	55.739	(46.974)	-	(2.988)	(24.618)	(65.169)	236.845	971.234	763.103	1.971.182

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do imobilizado em 2019 - Controladora

Descrição	2018	Adições	Depreciação	Transferência	Baixas	2019
Terrenos	22.954	-	-	-	-	22.954
Imóveis	36.299	6.684	(3.154)	24.070	-	63.899
Máquinas, motores e tanques	67.947	4.084	(5.924)	497	(749)	65.856
Vasilhames	59.729	50.291	(22.012)	2	(10.562)	77.448
Ferramentas, moldes e modelos	44	103	(17)	5	-	135
Móveis, utensílios e instalações	1.441	806	(446)	995	(1)	2.795
Veículos	19.310	7.927	(7.239)	99	(2.731)	17.366
Computadores e periféricos	3.170	2.569	(1.535)	17	(6)	4.215
Instalações industriais	9.097	2.507	(1.075)	-	(448)	10.081
Benfeitorias em bens de terceiros	678	118	(319)	1.393	-	1.870
Direito de uso		58.671	(4.624)	-	-	54.047
Imobilizado em andamento	25.825	1.444	-	(27.080)	-	189
Total	246.494	135.204	(46.345)	-	(14.497)	320.855

15 Intangível

	Taxa de amortização	Controladora				Consolidado			
		2020		2019		2020		Mais valia de ativos adquiridos (Nota 13.2)	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido	Custo	Amortização		Líquido
Licenças de uso	20%	35.905	(23.428)	12.477	17.387	146.311	(130.307)	5.986	21.991
Marcas e Patentes	2,94%					80.165	(5.716)	213.115	287.564
Gasto implantação	20%	3.572		3.572		3.572			3.572
Bens intangíveis	20%	4.088	(4.088)		54	4.088	(4.088)		-
Relacionamento com clientes	3%							363.149	363.149
Ágio por rentabilidade futura								1.516.746	1.516.746
Total		43.565	(27.516)	16.049	17.441	234.136	(140.111)	2.098.996	2.193.022

Os critérios de mensuração dos ativos intangíveis estão detalhados na Nota explicativa nº 5 (n). As determinações dos valores dos ativos intangíveis estão detalhadas na Nota explicativa nº 13.2.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do intangível em 2020

Descrição	Taxa de amortização	Controladora				Consolidado			
		2019	Adições	Amortização	Mantidos para negociação	2020	Aquisição Líquidás	Mais valia de ativos adquiridos (Nota 13.2)	2020
Licenças de uso	20%	17.387	1.579	(6.324)	(165)	12.477	3.528	5.986	21.991
Marcas e Patentes	2,94%						74.449	213.115	287.564
Gastos de implantação	20%		14.317		(10.745)	3.572			3.572
Bens intangíveis	20%	54		(54)		-			-
Relacionamento com clientes	3%							363.149	363.149
Ágio por rentabilidade futura								1.516.746	1.516.746
Total		17.441	15.896	(6.378)	(10.910)	16.049	77.977	2.098.996	2.193.022

Movimentação do intangível em 2019

Descrição	Taxa de amortização	2018	Adições	Amortização	2019
Licenças de uso	20%		18.652	4.562	(5.827)
Bens intangíveis	20%		114	(60)	54
Total		18.766	4.562	(5.887)	17.441

16 Arrendamentos – direitos de uso e passivo de arrendamento

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O principal impacto na Companhia em 1º de janeiro de 2019, está relacionado às operações com arrendamento de Imóveis operacionais, equipamentos operacionais e imóveis administrativos.

Esses valores foram contabilizados no ativo não circulante, na conta de ativos de direitos de uso e de passivos de arrendamento.

A Companhia implementou o CPC 06 (R2), usando a abordagem retrospectiva modificada. Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos.

Os ativos de direitos de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustados pelos valores dos pagamentos de arrendamentos antecipados ou acumulados referentes a esses arrendamentos reconhecidos no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03;
- Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos de 6,34% a.a., com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações sobre os arrendamentos para os quais a Companhia é arrendatária estão apresentadas abaixo:

Direito de uso do ativo

A seguir estão apresentadas as movimentações no direito de uso.

	Controladora			
	Imóveis operacionais	Imóveis administrativos	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	31.698	7.263	17.094	56.055
Novos contratos	-	1.061	-	1.061
Remensurações	1.097	458	-	1.555
Depreciação	(1.966)	(949)	(1.709)	(4.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.829	7.833	15.385	54.047
Remensurações	1.807	560	18.769	21.136
Depreciação	(2.047)	(938)	(3.949)	(6.934)
Passivos associados aos ativos mantidos para negociação	(2.529)	(804)	-	(3.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28.060	6.651	30.205	64.916

	Consolidado					
	Imóveis operacionais	Imóveis administrativos	Veículos	Computadores e periféricos	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	31.698	7.263			17.094	56.055
Novos contratos	-	1.061	-	-	-	1.061
Remensurações	1.097	458	-	-	-	1.555
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.966)	(949)	-	-	(1.709)	(4.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.829	7.833	-	-	15.385	54.047
Aquisição Liquigás	43.426	1.872	88.026	947	3.412	137.683
Novos contratos	1.534	20.217	-	-	1.432	23.183
Remensurações	8.308	560	3.686	-	19.034	31.588
Baixas	(368)	-	(1.233)	-	(27)	(1.628)
Depreciação	(5.021)	(5.168)	(28.533)	(317)	(5.631)	(44.670)
Passivos associados aos ativos mantidos para negociação	(2.529)	(804)	-	-	-	(3.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.179	24.510	61.946	630	33.605	196.870

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Arrendamentos

A seguir estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento:

	Controladora			Total
	Imóveis operacionais	Imóveis administrativos	Equipamentos	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	31.698	7.263	17.094	56.055
Novos contratos	-	1.061	-	1.061
Remensurações	1.097	459	-	1.556
Juros	1.980	512	1.038	3.530
Pagamentos	(3.154)	(1.245)	(2.307)	(6.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	31.621	8.050	15.825	55.496
Remensurações	1.807	560	18.769	21.136
Juros	1.991	454	1.850	4.295
Pagamentos	(2.541)	(1.965)	(4.455)	(8.961)
Passivos associados aos ativos mantidos para negociação (Nota explicativa nº 36)	(2.674)	(835)	-	(3.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	30.204	6.264	31.989	68.457
Circulante				5.118
Não circulante				63.339

Ano	Controladora		
	Valor presente líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor de prestações não descontadas
2021	9.279	4.160	5.118
2022	9.115	3.834	5.281
2023	9.115	3.491	5.623
2024	9.115	3.127	5.987
2025	9.115	2.739	6.375
2026	9.115	2.326	6.788
2027 em diante	42.130	8.847	33.283
Total	96.982	28.525	68.457

Em atendimento ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e ao CPC 06 (R2), justificado pelo fato da Companhia não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido à vedação imposta pela CPC 06 de projeção futura de inflação e com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade dos contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2020.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Imóveis operacionais	Imóveis administrativos	Veículos	Computadores e periféricos	Equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	31.698	7.263			17.094	56.055
Novos contratos		1.061				1.061
Remensurações	1.097	459				1.556
Baixas						
Juros	1.980	512			1.038	3.530
Pagamento	(3.154)	(1.245)			(2.307)	(6.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	31.621	8.050			15.825	55.496
Aquisição Liquigás	44.676	2.340	90.241	615	3.789	141.661
Novos contratos	1.534	20.217			1.385	23.136
Remensurações	8.308	560	3.561		19.034	31.463
Baixas	(421)	(39)	(1.266)		(25)	(1.751)
Juros	7.175	1.407	6.427	46	2.179	17.234
Pagamentos	(9.949)	(6.720)	(31.534)	(610)	(6.377)	(55.190)
Passivos associados aos ativos mantidos para negociação (Nota explicativa nº 36)	(2.674)	(835)				(3.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.270	24.980	67.429	51	35.810	208.540
Circulante						41.822
Não circulante						166.718

Ano	Consolidado		
	Valor de prestações não descontadas	Juros embutidos (futuros)	Valor presente líquido
2021	47.626	5.803	41.822
2022	43.188	8.124	35.064
2023	42.122	10.039	32.082
2024	32.809	9.193	23.615
2025	17.134	5.686	11.447
2026	14.414	4.763	9.650
2027 em diante	205.491	150.633	54.858
Total	402.782	194.242	208.540

O valor de PIS e COFINS a recuperar que está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	93.179	66.068	382.777	196.624
PIS/COFINS potencial (9,25%)	3.803	2.389	20.005	11.916
TOTAL	96.982	68.457	402.782	208.540

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Movimentação do passivo de arrendamento	Controladora	Consolidado
	2020	2020
Saldo em 1º de janeiro de 2020	55.495	55.495
Aquisição Liquigás	-	141.660
Adição por novos contratos	-	23.136
Ajustes por remensuração	21.136	31.464
Baixas	-	(1.751)
Juros pagos	4.296	17.235
Pagamentos	(8.961)	(55.190)
Passivos associados aos ativos mantidos para negociação (Nota explicativa nº 36)	(3.509)	(3.509)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	68.457	208.540

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Aquisição de matéria-prima	2.870	7.697	61.821
Fretes e transportes	3.505	7.349	21.825
Aquisição de bens do ativo imobilizado	2.056	985	16.172
Despesas com clientes	933	1.495	2.734
Serviços prestados por terceiros	6.422	1.661	21.668
Manutenção e reparos	2.536	2.666	32.108
Demais despesas	4.088	3.603	19.094
Total	22.410	25.456	175.422

18 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Programa participações nos lucros (a)	2.117	2.706	6.470
Provisões trabalhistas	23.829	22.381	72.807
Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS)	1.144	1.121	2.890
Instituto nacional da seguridade social (INSS)	5.147	5.039	12.385
Adiantamentos veículo frota leve	1.281	1.345	1.281
Benefícios a empregados	760	2.336	760
Outras obrigações	-	-	208
Total	34.278	34.928	96.801
Circulante	32.809	34.928	93.591
Não Circulante	1.469	-	3.210

a) A PLR foi definida em outubro de 2020, por meio de convenção coletiva de trabalho, no valor equivalente a 180% do salário vigente em setembro de 2020 (180% em 2019). O pagamento foi acordado em duas parcelas: a primeira no valor equivalente a 150%, paga em 2020; e a segunda no valor equivalente a 30%, a ser paga em abril de 2020.

19 Benefícios a empregados

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica (extensão de 18 a 24 meses) é estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho resultante da negociação sindical com os empregados do segmento de distribuição de GLP e atende aposentados e seus dependentes legais. Para aposentados até o ano 1998 o benefício é vitalício.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia em 31 de dezembro de 2020 reconheceu uma Provisão relativa ao Benefício Definido (BD) de Assistência Médica pós emprego no montante de R\$ 70.784 (R\$ 72.881 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 173.124 no consolidado. O valor presente da obrigação atuarial em 01 de janeiro de 2019 era de R\$ 44.340 relativos a exercícios anteriores.

O plano de assistência médica patrocinado pela Companhia não possui ativo líquido constituído.

	Controladora			Consolidado
	2020	2019	01.01.2019	2020
Valor presente da obrigação de benefício definido no início do exercício	72.881	44.340	-	72.881
Aquisição Liqigás	-	-	-	114.684
Custo do serviço	2.628	1.748	44.340	2.662
Custo do juros	5.045	3.693	-	5.217
(Ganho) / perda atuarial sobre obrigação (*)	(6.915)	25.599	-	(19.057)
(-) Benefícios pagos pelo empregador	(2.855)	(2.499)	-	(3.263)
Valor presente da obrigação de benefício definido no final do exercício	70.784	72.881	44.340	173.124
Circulante	2.900	2.500	-	13.129
Não circulante	67.884	70.381	44.340	159.995
Total	70.784	72.881	44.340	173.124

(*) O ganho atuarial de R\$ 6.915 existente em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 19.057 no consolidado), foi reconhecido como outros resultados abrangentes líquido do imposto de renda e da contribuição social pelo montante de R\$ 4.564 (R\$ 12.578 no consolidado). Em 31 de dezembro de 2019 a perda atuarial de R\$ 25.599 na controladora foi reconhecida como outros resultados abrangentes líquidos dos impostos R\$ 16.895.

Premissas

Premissas e Hipóteses atuariais	2020
- Hipóteses Econômicas	
Taxa de Desconto	3,80% a.a.
Inflação Econômica	3,50% a.a.
Inflação Médica (HCCTR)	3,75% a.a.
Fator Idade (<i>Aging Factor</i>)	3,00% a.a.
Crescimento Salarial	1,41% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica
- Hipóteses Biométricas	
Tábua de Mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1944
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	50%/(TS+2)
Idade de Entrada em Aposentadoria	65 anos para sexo masculino 62 anos para sexo feminino
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	23,81% para os vitalícios e 3,93% para os temporários
Persistência na Aposentadoria	61%
- Outras Hipóteses	
Composição Familiar	- Para participantes em atividade - 90% casados com esposa 4 anos mais jovem - Para participantes assistidos (aposentados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

A variação de a variação de 0,5% a 1% nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teria o seguinte efeito:

Valores em R\$

Análise de sensibilidade sobre as premissas	Obrigação	Impacto	Impacto (%)
Cenário Base	70.784	-	-
Taxa de juros real – aumento de 0,5%	69.002	(1.782)	(2,52%)
Taxa de juros real – redução de 0,5%	83.076	12.292	17,37%
Inflação médica – aumento de 1%	85.226	14.442	20,40%
Inflação médica – redução de 1%	63.483	(7.301)	(10,31%)

20 Outras contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Passivo de contrato	1.203	1.325	16.770
Consultoria TI (a)	7.087	9.070	7.087
TCC - CADE (b)	4.002	7.202	22.704
Outras contas	188	2.998	705
Fundo de marketing revendedores	-	-	14.159
Indenizações (pensionamentos)	-	-	8.501
Custo de remediação passivo ambiental	-	-	14.000
Total	12.480	20.595	83.926
Circulante	10.544	13.411	58.604
Não Circulante	1.936	7.184	25.322

- a) Refere-se a contratação de consultoria de TI para implantação da solução de gestão empresarial da SAP.
- b) Refere-se a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta celebrado com o CADE em novembro de 2017 para arquivamento do processo nº 08700.003067/2009-67 e a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta, celebrado com o CADE em novembro de 2018, para arquivamento do processo nº 08012.006043/2008-37.

21 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa	Controladora		Consolidado
		2020	2019	2020
Capital de giro	de 110,5% a 120% do CDI e 0,45% a 0,65% a.m.	317.347	28.233	317.347
FINAME	de 2,5% a.a. a 8,70 % a.a.	1.786	4.853	1.786
FCO	2,351% + IPCA	1.482	-	1.482
Leasing Financeiro	de 0,30% a.m. a 1,22% a.m.	-	429	-
Total		320.615	33.515	320.615
Circulante		290.330	16.668	290.330
Não circulante		30.285	16.847	30.285

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos empréstimos no exercício foi como segue:

Descrição	2020	2019
Saldo anterior	33.515	11.380
Adições - novos contratos	301.466	36.134
Pagamento do principal	(14.778)	(14.321)
Pagamento de juros	(1.713)	(2.304)
Provisão de juros	2.125	2.626
Total	320.615	33.515

Foram oferecidos como garantias dos empréstimos aval dos acionistas e direitos de créditos. Não há cláusulas de *covenants*.

Os vencimentos de longo prazo são conforme seguem:

Descrição	2020
2022	29.158
2023	541
2024	293
2025	293
Total	30.285

21.1 Debêntures simples, não conversíveis em ações

Composição	Data de Emissão	Tipo de Emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos Financeiros
2ª Emissão	10.12.2020	Simple, não conversíveis em ações	10.12.2030	1.950	1.000	1.950.000	Taxa DI +1,7 % ao ano
3ª Emissão	23.12.2020	Simple, não conversíveis em ações	23.12.2030	20	1.000	20.000	Taxa DI + 5,0 % ao ano

Movimentação Debêntures

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.876
Juros incorridos	1.066
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.942
Captações	1.970.000
Custo na emissão de debêntures	(44.636)
Juros incorridos	2.136
Amortizações ¹	(11.400)
Juros pagos ¹	(7.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.927.048
Circulante	1.684
Não circulante	1.925.364

¹ Referente a liquidação da 1ª Emissão de Debêntures conforme termo de quitação em 22 de outubro de 2020.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Liquidação 1ª emissão de debêntures

Em 22 de outubro de 2020, a Companhia efetuou a liquidação da sua 1ª emissão de debêntures no valor principal total de R\$ 11.400 e R\$ 7.994 de juros, perfazendo uma liquidação total de R\$ 19.394.

2ª Emissão de Debêntures

Em 10 de dezembro de 2020 a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com Garantia Real, em série única, no valor total de R\$ 1.950.000, com vencimento em 10 de dezembro de 2030.

Garantias

Em garantia ao pagamento foi constituída alienação fiduciária de ações:

- (i) da totalidade das ações de emissão da Companhia;
- (ii) da totalidade das ações de emissão da sua investida Liquigás Distribuidora S.A.

Cláusulas Restritivas

As Emissões de Debêntures ocorridas em 2020 estão sujeitas às cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado. Além das determinadas obrigações de praxe a 2ª Emissão de Debêntures possui as seguintes obrigações financeiras cujo acompanhamento é anual a partir de 31 de dezembro de 2022:

- Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,00 – Com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,50 – Com base nas Demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,00 – A partir das Demonstrações Financeiras consolidadas da Emissora auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, inclusive.

3ª Emissão de Debêntures

Em 23 de dezembro de 2020 a Companhia realizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$ 20.000, com vencimento em 23 de dezembro de 2030.

Garantias

As Debêntures são de espécie subordinada, sem a constituição de qualquer garantia, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, subordinando-se, em ordem de pagamento, a todas as demais obrigações financeiras da Emissora quirografárias ou que gozem de privilégio, nos termos da lei, e terão preferência somente em relação aos créditos dos acionistas da Emissora.

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava sujeita a cláusula nº 7.1. que trata da entrega das demonstrações financeiras auditadas até 31 de março de 2021. Conforme descrito na Nota explicativa nº 37, em 30 de março de 2021, a Companhia obteve *waiver* dos credores.

As debêntures foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídos com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Obrigações tributárias e sociais

Descrição	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	6.398	4.878	12.084
Programa de Integração Social (PIS) (a)	519	498	519
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	2.353	1.023	2.353
Contribuição Social Sobre Lucro (CSSL)	741	356	741
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.253	2.030	5.937
Parcelamento tributário	497	-	497
Outros	200	340	1.506
Total	12.961	9.125	23.637
Circulante	12.442	7.179	23.118
Não circulante (a)	519	1.946	519

- a) A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da natureza das modificações de alíquotas e o alargamento da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) no montante de R\$ 520 (R\$ 498 em 2019). Também está discutindo a majoração do INSS referente ao mês de janeiro de 2010, introduzida pelo Decreto 7.126 de 2010, que alterou as alíquotas do FAP (fator acidentário de prevenção) cujo valor é de R\$ 1.468 (R\$ 1.448 em 2019). Em ambos os casos, a Companhia obteve liminar para não realizar o recolhimento. O montante total atualizado monetariamente dos valores que estão sendo discutidos é de R\$ 1.987 (R\$ 1.946 em 2019), com exigibilidade suspensa.

23 Provisões para contingência

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 62.046 (R\$ 11.690 em 2019), conforme a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme segue:

Descrição das Contingências	Controladora		Consolidado
	2020	2019 reapresentado	2020
Tributárias	1.492	1.450	50.833
Cíveis	2.011	4.770	31.021
Concorrencial	100	-	100
Administrativas	54	36	1.452
Trabalhistas	4.990	5.434	69.189
Meio ambiente	-	-	630
Cíveis consumidor	-	-	10.156
Total	8.647	11.690	163.381

Movimentação das provisões de contingências

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	6.902	6.902
Adições	4.788	4.788
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.690	11.690
Adições	273	68.634
Baixas	(2.946)	(21.970)
Transferência de passivos mantidos para venda	(370)	(370)
Mais valia PPA Liquigás (Nota explicativa nº 13.2)	-	105.397
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.647	163.381

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia é parte em diversos outros processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração da Companhia e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações.

A Companhia contratou carta de fiança no montante de R\$ 21.417 (R\$ 20.735 em 2019), para garantia de processos tributários junto ao banco ABC e Banco Safra e no montante de R\$ 305.502 em 2019, para cobertura de eventuais multas previstas no contrato de compra e venda da Liquigás Distribuidora S.A. (Banco Bradesco).

O custo médio ponderado dessas garantias é de 1,65% a.a. Não existe contra garantia para a fiança contratada com o Banco ABC e pelo Banco Safra. A contratação da fiança com o Banco Bradesco tem como contra garantia carta de fiança da controladora MS Administração e Participações S.A.

Em 2020 o saldo dos processos passivos movidos contra a Companhia, cuja expectativa de perda é considerada possível, totaliza R\$ 216.349 (R\$ 228.164 em 2019) e o montante consolidado é R\$ 809.375.

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Trabalhistas	9.740	7.480	84.900
Tributárias e fiscais	196.556	216.676	546.962
Administrativas	184	-	786
Cíveis	9.752	4.008	176.513
Regulatório	97	-	97
Ambientais	20	-	117
	216.349	228.164	809.375

Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração cujo objeto decorre de glosa de despesas de amortização de ágio ano-calendário de 2008 para os tributos de IRPJ e CSLL. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado até a presente data é de R\$ 51.544 (R\$ 50.808 em 2019). De acordo com o ICPC 22, a Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico, entende que a discordância com o tratamento fiscal, já demonstrado neste caso pela autoridade fiscal, não impacta seu julgamento e estimativa.

23.1 Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Cíveis	-	-	7.229
Cíveis consumidor	905	879	5.279
Administrativo fiscal	1.663	1.621	8.345
Fiscais	1.622	2.380	16.478
Trabalhistas	26	55	28.202
Processos fornecedores	-	-	93
	4.216	4.935	65.626

Movimentação dos depósitos judiciais

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	4.958	4.958
Adições	86	86
Baixas	(109)	(109)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.935	4.935
Aquisição Liquigás	-	61.410
Adições	480	480
Baixas	(288)	(288)
Transferência de passivos associados aos ativos mantidos para negociação	(911)	(911)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.216	65.626

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o Capital social é de R\$ 432.787.675 (quatrocentos e trinta e dois milhões, setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais), R\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de reais) em 2019, dividido em 349.488.759 (trezentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e cinquenta e nove) de ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

Em 23 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE") deliberou pelo aumento do Capital social no valor de R\$ 1.212.055.261,02 (Um bilhão, duzentos e doze milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e um reais e dois centavos, mediante a emissão de 169.488.893 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, observado o referido preço de emissão de R\$ 1 real, foi destinado ao Capital social, resultando em um aumento de R\$ 169.488.893,00 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais), enquanto o montante restante no valor de R\$ 1.042.566.368,02 (Um bilhão, quarenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta e oito reais e dois centavos) foi destinado à Reserva de capital da Companhia a título de Ágio na Subscrição de Ações.

O Capital social está distribuído conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor R\$</u>	<u>Participação</u>
MS Administração e Participações S.A.	179.999.866	263.298.782	51,5%
Itaúsa S.A.	169.488.893	169.488.893	48,5%
	<u>349.488.759</u>	<u>432.787.675</u>	<u>100,00%</u>

Reserva legal

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do Lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do Capital social. A Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia, com anuência de todos os acionistas, distribuiu em 2020 dividendos no montante de R\$ 86.927. Parte desta distribuição refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro de 2019 no montante de R\$ 11.697, e um residual de exercícios anteriores de R\$ 223, a outra parte foi distribuído com base nos lucros acumulados em 2019, no montante de R\$ 75.007. Essa distribuição foi realizada em três etapas sendo a primeira em 31 de julho de 2020 (R\$ 4.226), a segunda em 01 de dezembro de 2020 (R\$ 780) e a terceira em 18 de dezembro de 2020 (R\$ 70.000).

A Companhia, com anuência de todos os acionistas, distribuiu em 2019 dividendos no montante de R\$ 27.072. Parte desta distribuição refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro de 2018 no montante de R\$ 14.539, a outra parte foi distribuído com base nos lucros acumulados em 2018, no montante de R\$ 15.375. Essa distribuição foi realizada em duas etapas sendo a primeira em 06 de setembro de 2019 (R\$ 20.009) e, a segunda, em 08 de novembro de 2019 (R\$ 9.905).

Em 31 de dezembro de 2020, foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no valor de 1.855 (R\$ 11.697 em 2019) que correspondem a 25% do lucro líquido depois de constituída a reserva legal, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Lucro líquido do exercício	39.016	49.252	39.016
Compensação prejuízo	(31.207)	-	(31.207)
	7.809	49.252	7.809
Apropriação			
Reserva legal	(390)	(2.463)	(390)
Lucro básico para determinação dos dividendos obrigatórios	7.419	46.789	7.419
Dividendo obrigatório	(1.855)	(11.697)	(1.855)
Saldo de dividendos a pagar de períodos anteriores	-	(223)	-
Total dos dividendos	(1.855)	(11.920)	(1.855)

25 Receita operacional líquida

	Controladora						Consolidado		
	2020		2019		2019		2020		
	<u>Receita de produtos</u>	<u>Receita de serviços</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Receita de produtos</u>	<u>Receita de serviços</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Receita de produtos</u>	<u>Receita de serviços</u>	<u>Receita líquida</u>
Receita bruta	1.992.975	6.897	1.999.872	1.778.001	5.103	1.783.104	2.120.261	8.122	2.128.383
Devoluções	(14.025)	-	(14.025)	(15.449)	-	(15.449)	(14.397)	-	(14.397)
Desconto incondicional	(19.022)	-	(19.022)	(18.113)	-	(18.113)	(19.318)	-	(19.318)
Impostos incidentes:									
ICMS	(15.950)	-	(15.950)	(12.951)	-	(12.951)	(38.746)	-	(38.746)
PIS	(45)	(106)	(151)	(34)	(84)	(118)	(55)	(124)	(179)
COFINS	(206)	(487)	(693)	(152)	(388)	(540)	(252)	(572)	(824)
ISS	-	(302)	(302)	-	(234)	(234)	-	(350)	(350)
Total	1.943.727	6.002	1.949.729	1.731.302	4.397	1.735.699	2.047.493	7.076	2.054.569

26 Custo dos produtos vendidos

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Custo de venda GLP	(1.617.924)	(1.453.907)	(1.701.757)
Custo de prestação de serviços	(6.458)	(6.085)	(6.458)
Custo de venda outras mercadorias	(1.377)	(566)	(1.376)
Total	(1.625.759)	(1.460.558)	(1.709.591)

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Despesas gerais, administrativas e vendas

<u>Natureza das despesas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2020	2019 reapresentado	2020
Despesas com pessoal	(131.756)	(116.850)	(141.107)
Despesas de depreciação e amortização	(21.389)	(18.544)	(23.691)
Despesas com serviços tomados	(40.763)	(32.258)	(44.999)
Demais despesas	(80.682)	(71.396)	(84.794)
Total	(274.590)	(239.047)	(294.591)

Classificado na demonstração de resultado como:

<u>Função das despesas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2020	2019 reapresentado	2020
Gerais e administrativas	(195.115)	(170.298)	(209.728)
Com vendas	(79.475)	(68.749)	(84.863)
Total	(274.590)	(239.047)	(294.591)

28 Outras receitas operacionais líquidas

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2020	2019	2020
Dividendos recebidos	137	98	137
Encargos contratuais líquidos	-	-	(1.286)
Estorno de créditos federais	(355)	-	(355)
Ganho de processo judicial	877	572	877
Ganho direito de exclusividade	-	1.400	-
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(15)	-	55
Provisão para perda de ICMS de difícil realização	-	-	(266)
Reversão da provisão para perda de recipientes transportáveis	-	-	(1.340)
Receita de quebra de contrato cliente	19	851	19
Receita de recuperação de despesas	4.479	-	4.479
Resultado na venda de imobilizado	2.218	5.870	2.281
Reversão de provisão para perda de ICMS de difícil realização	-	-	88
Total	7.360	8.791	4.689

- (a) O resultado líquido na venda de imobilizado foi formado, principalmente, pela venda de vasilhames com capacidade de 13Kg (P13) à nossa rede de representantes cujo resultado em 2020 foi de R\$ 5.977 (R\$ 11.739 em 2019) e pela venda de caminhões para renovação da frota que resultou em 2020 foi de 2.232 (R\$ 1.643 em 2019)
- (b) Refere-se a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta celebrado com o CADE, em novembro de 2017 para arquivamento do processo nº 08700.003067/2009-67 e em agosto de 2018 para arquivamento do processo nº 08012.006043/2008-37.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Receitas			
Descontos obtidos	197	170	200
Receita financeira diversas	340	306	340
Rendimentos de aplicação financeira	1.160	2.560	1.159
Juros recebidos	3.255	4.565	3.403
Variações monetárias ativas	-	38	-
Total	4.952	7.639	5.102
Despesas			
Juros passivos	(5.919)	(7.654)	(5.898)
Despesas bancárias	(6.209)	(5.113)	(6.470)
Juros sobre passivo de arrendamento (Nota explicativa nº 16)	(4.052)	(3.530)	(4.329)
Provisão juros de passivo atuarial (Nota explicativa nº 19)	(5.045)	(3.693)	(5.217)
Outros	(1.263)	(1.758)	(1.088)
Total	(22.488)	(21.748)	(23.002)
Resultado financeiro líquido	(17.536)	(14.109)	(17.900)

30 Imposto de renda e contribuição social

Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos, e considerando as alíquotas previstas pela legislação.

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Lucro (prejuízo) do período antes dos impostos proveniente de operações em atividades	38.182	30.776	37.439
Lucro (prejuízo) do período antes dos impostos proveniente de operações mantidas para negociação (Nota explicativa nº 36)	24.222	44.455	24.360
Lucro (prejuízo) do período antes dos impostos	62.404	75.231	61.799
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas nominais (34%)	(21.294)	(25.579)	(21.012)
Ajustes para apuração pela alíquota efetiva:			
- Adições (Exclusões) permanentes, líquidas	(2.820)	(3.365)	(1.989)
- Resultado da equivalência patrimonial	271	-	(13)
- Incentivos fiscais	455	1.023	455
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(23.388)	(27.921)	(22.559)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.926	1.907	2.648
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre lucro proveniente de operações em atividades	(16.851)	(14.713)	(16.697)
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre lucro proveniente de operações mantidas para negociação	(8.463)	(15.115)	(8.510)
	(23.388)	(27.921)	(22.559)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	37,34%	37,11%	36,50%

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) As deduções de incentivo fiscal são formadas pelo programa de alimentação do trabalhador no valor de R\$ 455 (R\$ 544 em 2019), patrocínio para projetos desportivos no valor R\$ 104 em 2019 e patrocínio para incentivo à cultura no valor de R\$ 375 em 2019.

Incertezas tributárias

Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração cujo objeto decorre de glosa de despesas de amortização de ágio ano-calendário de 2008 para os tributos de IRPJ e CSLL. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado até a presente data é de R\$ 51.544 (R\$ 50.808 em 2019). De acordo com o ICPC 22, a Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico, entende que a discordância com o tratamento fiscal, já demonstrado neste caso pela autoridade fiscal, não impacta seu julgamento e estimativa.

Saldos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	2.208	1.281	8.000
Provisão plano assistência médica	24.067	24.780	58.862
Provisão programa de participação nos resultados (PPR)	1.122	-	1.122
Provisão para perda ICMS - Portaria CAT e Bitributação	-	-	1.773
Provisão para perdas no Ativo Imobilizado	-	-	844
Mais valia de ativos	-	-	1.168
Provisão para contingências	2.534	3.463	19.027
Provisão para ajuste do valor realizável de recipientes transportáveis	-	-	727
Provisão de custo de remediação passivo ambiental	-	-	4.760
Provisão para indenizações (pensionamentos)	-	-	2.890
Provisão de perda ICMS próprio	-	-	38.910
Provisão de despesas indedutíveis	-	911	7.193
Arrendamentos	6.428	2.693	8.589
Programa de remuneração variável anual	-	-	480
IRPJ sobre prejuízo fiscal	-	-	2.372
CSLL sobre base negativa	305	-	1.199
Outros	-	-	1.601
Subtotal dos impostos diferidos ativos	36.664	33.128	159.517
Desapropriação de imóvel	-	-	(1.344)
Atualização de depósito judicial	-	-	(7.595)
Depreciação vida útil x depreciação fiscal	(10.890)	(10.334)	(118.364)
Depreciação vida útil x depreciação fiscal (arrendamento financeiro)	(3.015)	(2.858)	(3.213)
Valor de passivo de arrendamento	(5.146)	(2.200)	(5.146)
Subtotal dos impostos diferidos passivos	(19.050)	(15.393)	(135.661)
Total dos impostos diferidos	17.614	17.734	23.856

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

31 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, bem como de metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a. Instrumentos financeiros

Todas as operações com Instrumentos Financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Classificação de acordo com o CPC 48	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	59.706	26.219	110.932
Aplicações financeiras	Custo Amortizado	-	40.568	-
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	85.148	108.378	363.623
Outros créditos	Custo Amortizado	5.893	8.163	28.777
Total		150.747	183.328	503.332
Passivos financeiros:				
Fornecedores	Custo Amortizado	22.410	25.456	175.422
Outras contas a pagar	Custo Amortizado	12.477	20.595	83.926
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	320.615	33.515	320.615
Debêntures	Custo Amortizado	1.927.048	18.942	1.927.048
Dividendos a pagar	Custo Amortizado	9.320	11.920	14.858
Total		2.291.870	110.428	2.521.869

- Aplicações financeiras: estão mensuradas pelo método do custo amortizado.
- Contas a receber, outros créditos e fornecedores: estão mensuradas pelo método do custo amortizado.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras é conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Caixa e bancos	11.138	3.219	62.364
Aplicações financeiras de curto prazo	48.568	23.000	48.568
Aplicações financeiras	-	40.568	-
Contas a receber de clientes	85.148	108.378	363.623
Outros créditos	5.893	8.163	28.777
Total	150.747	183.328	489.284

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco da carteira de clientes

A qualidade do crédito dos clientes da Companhia que não estão vencidos ou classificados como perda por recuperabilidade pode ser avaliada mediante um modelo estatístico comportamental que calcula a probabilidade de um cliente adimplente vir a inadimplir. O resultado deste cálculo possui os seguintes tipos de classificação:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Cientes risco 1	38.389	48.863	48.863
Cientes risco 2	46.759	59.515	59.515
	85.148	108.378	108.378

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativos às contas a receber de clientes é avaliada por metodologia interna de classificação dos clientes que considera o histórico de inadimplência da Companhia e acima podem ser assim classificados:

- Risco 1 - grupo de clientes classificados como consumidores finais no ramo de atividade industrial e comercial com probabilidade de inadimplência de 7,5% (baixo risco).
- Risco 2 - grupo de clientes classificados como revendedores no ramo de atividade atacadista e varejista de distribuição com probabilidade de inadimplência de 8% (baixo risco).

As disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo da Companhia são transacionadas com as seguintes instituições financeiras:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Banco do Brasil S.A.	30.199	19.080	30.199
Santander Brasil S A	1.086	3.917	1.086
Bradesco S/A	2.219	-	2.219
BTG Pactual S/A	15.064	-	15.064
Banco Safra S/A	-	3	-
	48.568	23.000	48.568

As aplicações financeiras da Companhia são alocadas em um fundo de investimento exclusivo:

	Controladora	
	2020	2019
Fundo de investimento exclusivo	-	40.568
	-	40.568

O saldo refere-se a valores alocados em fundo exclusivo aberto e segue um perfil conservador, sendo composto por papéis como Títulos Públicos, Letras Financeiras, Debêntures, dentre outros. Porém, com veto à renda variável, como ações, por exemplo. Por ser um fundo aberto não há restrição de novas aplicações e/ou resgates e pode-se aplicar e/ou resgatar os recursos a qualquer momento.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2019	2019
Ativo		
Aplicações financeiras de curto prazo	48.568	23.000
Fundo de investimento exclusivo	-	40.568
	48.568	63.568

Análise de sensibilidade - Taxas de juros

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de juros, a Administração adotou, para o cenário provável, as mesmas taxas utilizadas na data do balanço. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de alíquotas de 25% e 50%, respectivamente, enquanto os cenários IV e V foram estimados com desvalorizações adicionais de 25% e 50%, respectivamente, para o cenário provável.

A tabela abaixo mostra os possíveis impactos sobre os resultados para cada um dos cenários:

Ativos financeiros	Valor da exposição	CDI taxa 31.12.2020	Cenários				
			I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)
Depósitos bancários, juros ganhos (CDI)	48.568	2,7578%	1.339	1.674	2.008	(1.004)	(669)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado das vendas e do custo dos produtos vendidos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoa, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para os quotistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado	
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil	Valor justo
	2020	2019	2020	2019	2020	2020
Ativos						
Caixa e bancos	11.138	3.219	11.138	3.219	62.364	62.364
Aplicações financeiras de curto prazo	48.568	23.000	48.568	23.000	48.568	48.568
Aplicações financeiras	-	40.568	-	40.568	-	-
Contas a receber	85.148	108.378	85.148	108.378	363.623	363.623
Outros créditos	5.893	5.343	5.893	5.343	28.777	28.777
Passivos						
Fornecedores	22.410	25.456	22.410	25.456	175.423	175.423
Empréstimos e financiamentos	320.615	33.515	320.615	33.515	320.615	320.615
Debêntures	1.927.048	18.942	1.927.048	18.942	1.927.048	1.927.048
Outras contas a pagar	12.477	20.595	12.477	20.595	83.925	83.925

Hierarquia do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. A Companhia possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

Alavancagem financeira

O objetivo do Conglomerado em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Conglomerado tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM) e debêntures, com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Conglomerado.

Dessa forma, esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial individual e consolidado, com a dívida líquida, como apresentamos abaixo:

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2020	2019	2020
Itens de gestão de capital			
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	320.615	33.515	320.615
Debêntures de curto e longo prazo	1.927.048	18.942	1.927.048
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(59.706)</u>	<u>(26.219)</u>	<u>(110.932)</u>
Dívida líquida	<u>2.187.957</u>	<u>26.238</u>	<u>2.136.731</u>
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	1.484.393	306.050	1.484.393
Total do Patrimônio líquido	1.484.393	306.050	1.484.393
Total do capital	<u>3.672.350</u>	<u>332.288</u>	<u>3.621.124</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>59,58</u>	<u>7,90</u>	<u>59,01</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2020	2019	2020
Dívida líquida ajustada com o passivo de arrendamento			
Dívida líquida	2.187.957	26.238	2.136.731
Passivo de arrendamento	<u>68.457</u>	<u>55.496</u>	<u>208.540</u>
Dívida líquida ajustada	<u>2.256.414</u>	<u>81.734</u>	<u>2.345.271</u>
Total do Patrimônio líquido	1.484.393	306.050	1.484.393
Total do capital ajustado	<u>3.740.807</u>	<u>387.784</u>	<u>3.829.664</u>
Índice de alavancagem financeira ajustada (%)	<u>60,32</u>	<u>21,08</u>	<u>61,24</u>

32 Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 6.

b) Transações sobre investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2020	2019	2020
Ativo			
Adições ao imobilizado	2.056	985	2.056
Direito de uso	-	58.671	-
	<u>2.056</u>	<u>59.656</u>	<u>2.056</u>
Passivo			
Fornecedores	(2.056)	(985)	(2.056)
Arredamentos	-	(58.671)	-
	<u>(2.056)</u>	<u>59.656</u>	<u>(2.056)</u>

33 Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado
	2020	2019 (reapresentado)	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	39.240	47.310	39.240
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	<u>183.714.822</u>	<u>180.000.000</u>	<u>183.714.822</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	<u>0,21</u>	<u>0,26</u>	<u>0,21</u>

34 Seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada, considerando a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. Em 2020 Companhia mantinha as seguintes coberturas:

Itens de seguros	2020
Seguro patrimonial (HDI / Property Seguros)	195.000
Responsabilidade Civil - Administradores (Chubb Seguros)	75.000
Responsabilidade Civil geral (AIG Seguros/ RCG)	30.000

35 Compromissos firmados com terceiros

Aquisição de GLP

O fornecimento do GLP – Gás Liquefeito de Petróleo, é regulado pelo contrato particular de compra e venda celebrado entre a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Dentre outras condições previstas, o objetivo do contrato é assegurar a entrega e a retirada do produto pactuadas, nos prazos e na periodicidade acordada e, quando essas condições não são cumpridas, existe a previsão de compensação financeira para ambas as partes. Durante o ano de 2019 e início de 2020, não houve valores materiais de compensações financeiras.

36 Ativos mantidos para negociação e passivos associados aos ativos mantidos para negociação

Os resultados das operações que estão sendo apresentadas como mantidas para negociação em 2020 e os ativos e passivos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2020 estão relacionados aos negócios que serão assumidos pela NGB por meio da permuta e vendidos à Fogás (no consolidado inclui a unidade de Cuiabá/MT que pertence a Liquigás) e estão apresentados pelo seu valor contábil.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Balanço patrimonial das unidades que farão parte da reorganização societária na data base do evento:

Ativo	Controladora	Consolidado
	2020	2020
Contas a receber de clientes	23.354	23.354
Estoques	5.417	5.417
Outros Créditos	679	679
Impostos a recuperar	384	384
Despesas antecipadas	207	207
Total do ativo circulante	30.041	30.041
Impostos a recuperar	3.953	3.953
Outros Créditos	22	22
Deposito judicial	911	911
	4.886	4.886
Investimento	3.002	3.002
Imobilizado	65.169	75.169
Intangível	10.910	10.915
	79.081	89.086
Total do ativo não circulante	83.967	93.972
Total do Ativo	114.008	124.013

Passivo	Controladora	Consolidado
	2020	2020
Fornecedores	4.083	4.083
Arrendamentos	349	349
Salários e encargos sociais	4.249	4.249
Outras contas a pagar	388	388
Total do passivo circulante	9.069	9.069
Arrendamentos	3.160	3.160
Provisão para contingências	370	370
Total do passivo não circulante	3.530	3.530
Total do passivo	12.598	12.598

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- b. Demonstração do resultado de exercício das unidades que farão parte da reorganização societária na data base do evento:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Receita operacional líquida	760.618	838.745	762.083
Custo dos produtos vendidos	<u>(684.590)</u>	<u>(732.740)</u>	<u>(685.636)</u>
Lucro Bruto	<u>76.028</u>	<u>106.005</u>	<u>76.447</u>
Despesas gerais e administrativas	(41.667)	(38.799)	(41.835)
Despesas com vendas	(16.971)	(30.621)	(17.075)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>5.702</u>	<u>6.262</u>	<u>5.692</u>
Despesas operacionais, líquidas	<u>(52.936)</u>	<u>(63.158)</u>	<u>(53.218)</u>
Resultado Operacional antes dos efeitos financeiros	<u>23.092</u>	<u>42.847</u>	<u>23.229</u>
Receitas financeiras	1.805	2.145	1.809
Despesas financeiras	<u>(675)</u>	<u>(537)</u>	<u>(678)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.130</u>	<u>1.608</u>	<u>1.131</u>
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	<u>24.222</u>	<u>44.455</u>	<u>24.360</u>
Corrente	(8.463)	(15.115)	(8.510)
Lucro líquido do exercício	<u><u>15.759</u></u>	<u><u>29.340</u></u>	<u><u>15.850</u></u>

- c. Demonstração do fluxo de caixa das unidades que farão parte da reorganização societária na data base do evento:

	Controladora	
	2020	2019
Fluxo de caixa das operações descontinuadas		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	47.073	69.295
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(7.356)</u>	<u>(20.445)</u>
Fluxo de caixa provenientes das operações descontinuadas	<u><u>39.717</u></u>	<u><u>48.850</u></u>

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37 Eventos subsequentes

Aporte de ativos na empresa NGC Distribuidora de Gás Ltda.

Em 01 de janeiro de 2021, a Companhia efetuou a segregação de partes de suas unidades operacionais e aportou na empresa NGC Distribuidora de Gás Ltda.

Ativo	04.01.2021	Passivo	04.01.2021
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3.983	Fornecedores	4.083
Contas a receber de clientes	23.354	Salários e encargos sociais	4.249
Estoques	5.417	Passivo de arrendamento	349
Outros créditos	679	Outras contas a pagar	388
Impostos a recuperar	384		
Despesas antecipadas	207		
	34.024		9.068
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	3.953	Passivo de arrendamento	3.160
Outros créditos	23	Provisão para contingências	370
Depósito judicial	911	Total não circulante	3.530
Total do realizável a longo prazo	4.887	Total do passivo	12.599
Imobilizado	61.839	Patrimônio líquido	
Intangível	10.908	Capital social	99.060
	77.635		99.060
Total do ativo	111.658	Total do passivo e patrimônio líquido	111.658

Em 11 de janeiro de 2021, foi realizada uma alteração do Contrato Social da NGC através da qual os antigos administradores da NGC indicados pela Copagaz foram substituídos pelos administradores indicados pela NGB, com entrega nesta data do controle das Unidades Segregadas Copagaz.

Empréstimos e Financiamentos

A Copagaz tomou empréstimo (*bridge loan*) no dia 22 de dezembro de 2020 de curtíssimo prazo relativo à captação de recursos via CCB no valor de R\$ 250 milhões e que foi liquidado em 20 de janeiro de 2021 com a emissão da 4ª série das debêntures.

Debêntures

Em 18 de janeiro de 2021 a Companhia efetuou a Quarta Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em duas séries, nos montantes totais de R\$ 50 milhões a primeira série, com pagamento condicionado ao recebimento da alienação de ativos à Fogás, e R\$ 200 milhões a segunda. Foram emitidas 250 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, com juros remuneratórios de 100% da D.I mais taxa de 2,3% ao ano, com vencimentos em um ano para a Primeira Emissão e quatro anos e oito meses para a Segunda Emissão, sendo 18 de janeiro de 2022 e 18 de setembro de 2025, respectivamente.

Cancelamento de garantia relacionada com multas

Em 04 de janeiro de 2021, a Companhia solicitou a baixa da garantia de R\$ 305.502, contratada em 2019 para cobertura de eventuais multas previstas no contrato de compra e venda da Liquegás Distribuidora S.A. (Banco Bradesco).

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Solicitação de prazo adicional para divulgação das demonstrações financeiras do exercício social de 2020.

Em 30 de março de 2021, a Companhia solicitou a concessão de prazo adicional, até 30 de abril de 2021, à apresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas de notas explicativas e relatórios dos auditores independentes, em cumprimento às obrigações previstas nas Cláusulas 7.1. I (a), 7.1. I (d) e 7.1.II (a) da Escritura de Emissão, e artigo 17, incisos I e IV Instrução CVM 476.

No dia 30 de abril de 2021, a Companhia solicitou nova concessão de prazo adicional até 31 de maio de 2021, à apresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas de notas explicativas e relatórios dos auditores independentes, em cumprimento às obrigações previstas nas Cláusulas 7.1.I (a), 7.1.I (d) e 7.1.II (a) da Escritura de Emissão, e artigo 17, incisos I e IV Instrução CVM nº 476.

Os credores, assim como as Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures da Companhia aprovaram os *waivers* referente à apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

* * *

Diretoria

Antonio Carlos Moreira Turqueto
Presidente

Contador

Sandra Ines Ribeiro
Técnica Contábil
CRC 1SP157725-4 O